



**casa  
nobre**  
um património  
para o futuro

**ATAS**

**Arquivos e Documentação Familiar**  
**Memória Histórica: História da Família, Genealogia e Heráldica**  
**Turismo e Desenvolvimento Regional**  
**Património: Estudos, Defesa e Valorização**

10 a 12 de novembro de 2022

**casa das artes**

arcos de valdevez



## Ficha Técnica

Título:

**Atas do 6.º Congresso Internacional  
Casa Nobre – Um Património para o Futuro  
Book of the 6th International Congress  
Noble House: A Heritage for the Future**

Coordenação:

**Joana Lencart  
Nuno Soares  
Armando Malheiro da Silva  
Luís Damásio  
João Carlos Gachineiro**

Edição:

**Município de Arcos de Valdevez**

Data:

**Outubro de 2024**

ISBN:

**978-972-9136-92-4**

Depósito Legal:

**531657/24**

As imagens reproduzidas são da exclusiva responsabilidade dos autores dos textos.

Parceria:



## Memória Histórica

História da Família, Genealogia, Documentação Familiar e Heráldica

Conde de Barca: tendo resolvido nomear o Ministro  
que me ha de servir na Secretaria de Estado. Ao  
Conde o nomeio na dos Negocios Estrangeiros e  
da Guerra, e na Secretaria da Casa de Bragança.  
Para a de Marinha nomeio o Conde de Palmella.  
Providente do Exario José Paulo Bezerra: e na  
dos Negocios do Reino, o Conde dos Arcos. O  
Conde fica a servir a Secretaria de Negocios.  
Palácio do Rio de Janeiro — de Maio de 1817.

— Afirmação — Rey



# TOURAIS. UMA FAMÍLIA. DUAS CASAS.

JOÃO LUÍS MARQUES

CEAU-FAUP

E-mail: jlmarques@arq.up.pt

PAULO DUARTE DE ALMEIDA

E-mail: pauloduartedealmeida@gmail.com



Fig. 1

Casa Lemos e Nápoles (esq.)

Casa Loureiro de Vasconcelos (dir.)

Fotomontagem dos autores

*“A Livraria para os meninos, e principiantes deve consistir mais em imagens sensíveis, e agradáveis à vista, que em livros próprios para o estudo, que sempre dá trabalho; Além de que a imaginação do que se oferece à vista imprime mais duravelmente as cousas na memória; e assim são os melhores livros para a primeira idade são as estampas da bíblia (...) as das cores e pessos, que compõem os Escudos e Armas das principais famílias; as das partes mais notáveis da Architectura Civil e Militar; e os riscos dos edificios e fortificações (...)”*

Martinho de Mendonça<sup>1</sup>

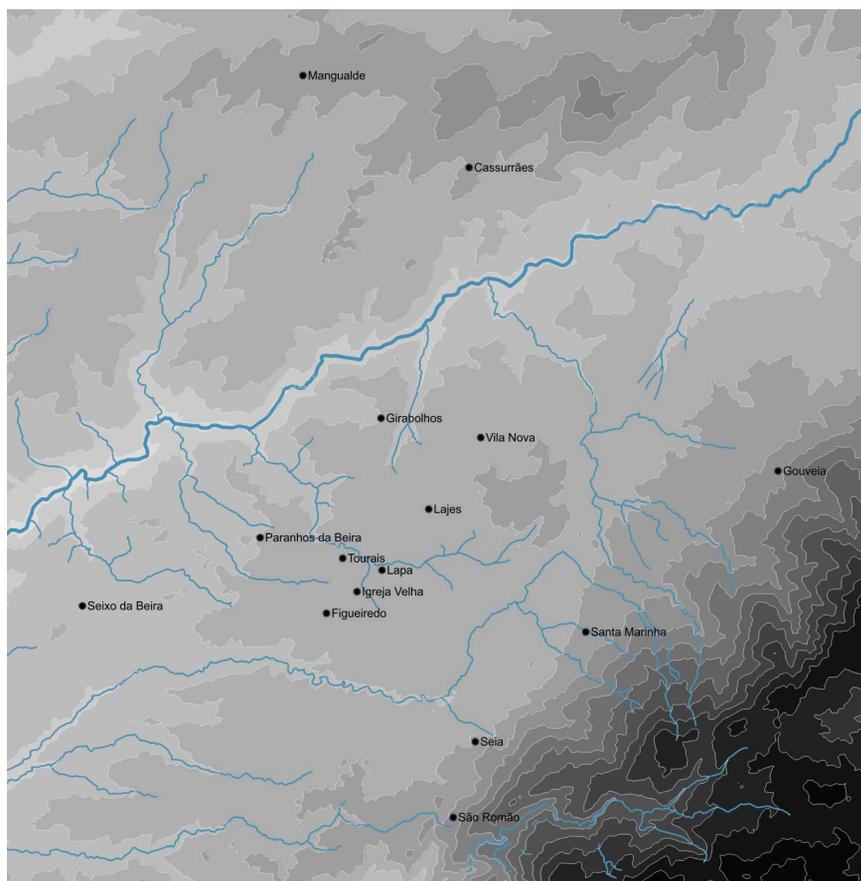


Fig. 2 – Cartografia Tourais.  
Entre o Rio Mondego e a Serra da Estrela  
Google Earth, com fotomontagem dos autores

<sup>1</sup> Martinho de Mendonça de Pina e Proença, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*, Lisboa Occidental, 1734, pp. 202-203.

Não muito distante do rio Mondego, a paróquia de “Salvador de Touraes, Vigayraria do Cabido” outrora ligada ao bispado de Coimbra, era “terra rica, abundante de vinho, azeite, frutas, paõ, & gado”, conforme se lê na *Corografia Portuguesa* (1708<sup>2</sup>). A igreja paroquial construída na povoação, na segunda metade do século XIX, oculta a história de uma outra anterior, implantada fora do lugar. “(...) igreja muito antiga como se vê em a obra dela e em os livros antigos, que passará de quatrocentos anos da sua fundação”<sup>3</sup>. Dessa construção, situada em lugar equidistante de Tourais, Lapa e Figueiredo, conhecida localmente por “cemitério velho”, já apenas restavam ruínas aquando da *Expedição Científica à Serra da Estrella em 1881*<sup>4</sup>.



Fig. 3 – Antiga igreja de Tourais: cemitério velho e pedra tumular  
*aqui jaz rod[ri]go ean[e]s onro (?) morador e[m] fygeyredo que se finou na era de .M. CCCC. L. XXX. V. anos*  
 Fotografia dos autores, fotogrametria de Pedro Varela

<sup>2</sup> António Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas & lugares (...)*, Lisboa, 1708, tomo II, p. 377.

<sup>3</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Instituições Pias, Tourais (18.01.1804).

<sup>4</sup> Luiz Feliciano Marrecas Ferreira, *Expedição Científica à Serra da Estrella em 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp.13 e 17.

Hoje, não há memória do alpendre documentado nos registos paroquiais, dos enterramentos de figuras gradas da terra (nem da pedra tumular que encerra o antigo portal), das suas capelas, e muito menos dos episódios ligados às encomendas para o retábulo, sejam as pinturas de Diogo Botelho em 1558<sup>5</sup>, seja o trabalho do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo de 1671<sup>6</sup>.

No centro de Tourais, duas casas destacam-se pelo seu tamanho e qualidade da construção. Quelhas Bigotte refere-as na *Monografia da Cidade e Concelho de Seia* (1992<sup>3</sup>), dizendo que, já no tempo em que escrevia, estavam “muito abandonadas e decadentes do seu antigo esplendor”<sup>7</sup>.

Os nomes pelos quais são localmente conhecidas – Casa da Prebenda e Colégio ou Convento – nada nos dizem sobre os seus construtores e primitivos proprietários. E as pedras de armas que ostentam (uma das quais oriunda de outra construção) referem-se a famílias totalmente diferentes entre si, não deixando adivinhar que os dois solares pertenceram a ramos diferentes de uma mesma família, tal como claramente demonstrou Eduardo Osório Gonçalves<sup>8</sup>.

Parece que no século XVIII esse facto era já ignorado, pois José Freire de Monterroio Mascarenhas na sua *Nobresa da Beira* (1730)<sup>9</sup>, apresenta a ascendência dos proprietários das duas casas, sem, contudo, registar os seus ascendentes comuns.

O genearca da família viveu em Tourais, no século XVI. Trata-se de um **GONÇALO GOMES**<sup>10</sup>, a quem desde Monterroio Mascarenhas é atribuído o importante cargo de “governador de Marzagão”<sup>11</sup>, informação que, contudo, carece de prova documental<sup>12</sup>.

<sup>5</sup> Maria de Lurdes Craveiro, *O Renascimento em Coimbra. Modelos e Programas Arquitectónicos* (dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na especialidade de História da Arte), 2002, vol. II, pp. 69-73.

<sup>6</sup> Miguel Portela, “A atividade artística do ensamblador Francisco Gonçalves Pombo na diocese de Coimbra” em *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXIII, 2020, pp. 43-67.

<sup>7</sup> J. Quelhas Bigotte, *Monografia da Cidade e Concelho de Seia*, Seia, 1992, p. 666.

<sup>8</sup> Eduardo Osório Gonçalves, *Raízes da Beira*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2006, vol. II, capítulo “Figueiredos, de Tourais”, pp. 11 e ss.

<sup>9</sup> A obra, constituída por 3 volumes, que pertenceu ao Marquês de Pombal, encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal, com as cotas PMB 338, 339 e 340.

<sup>10</sup> A quem Manuel Abranches do Soveral (*Ascendências Viseenses*, Porto, 2004, vol. I, pág. 227, e vol. II, árvore de costados n.º 50, p. 435) e depois Eduardo Osório Gonçalves atribuem o apelido “de Figueiredo”. No entanto, é apenas nomeado como Gonçalo Gomes tanto na lápide que existiu na capela por ele fundada na igreja de Tourais como nos poucos assentos paroquiais em que é referido. Do mesmo modo, Monterroio Mascarenhas também lhe chama apenas Gonçalo Gomes, tal como Felgueiras Gayo (*Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1989, vol. VI, título de Loureiros, §10 N6, p. 469).

<sup>11</sup> Informação em que foi seguido por Felgueiras Gayo (*idem, ibidem*).

Manuel Abranches do Soveral refere Gonçalo Gomes em dois momentos da sua obra: no corpo do texto, no capítulo “Figueiredo de Seia” (vol. I, pág. 227) e na árvore de costados n.º 50, vol. II, pág. 435. No vol. I, não o entronca na família a que o capítulo é dedicado, informando que foi “fidalgo da Casa de Dom João III, governador de Cabo Verde e de Mazagão, n. cerca de 1487, em Seia ou Pinhel, e fal. a 7.10.1558 em Tourais (Seia), onde há um lugar chamado Figueiredo, que certamente era quinta deste Gonçalo Gomes, pois era habitual dar-se a lugares novos o nome da família/pessoa que os faz e possui”. Já na árvore de costados, representa-o como filho de Sebastião Gomes de Figueiredo (que afirma ter nascido cerca de 1480 – ou seja, apenas 7 anos antes do seu presumível filho Gonçalo Gomes, que diz ter nascido cerca de 1487!) e de sua mulher Antónia Fernandes de Vasconcelos, com quem terá casado cerca de 1509 (22 anos depois da data proposta para o nascimento de Gonçalo Gomes!); neto paterno de Luís Gomes de Figueiredo e de Francisca de Almeida e materno presumivelmente de D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, bispo de Lamego.

Eduardo Osório, mais cautelosamente, refere apenas que Gonçalo Gomes [de Figueiredo] foi governador de Cabo Verde e de Mazagão (*op. cit.*, vol. II, pág. 11). Acerca da família de Gonçalo Gomes, documentalmente, sabe-se apenas que tinha um irmão chamado Domingos Botelho, referido no seu testamento.

<sup>12</sup> Jorge Correia não inclui o nome de Gonçalo Gomes na lista de governadores de Mazagão publicada em *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África – Da Tomada de Ceuta a meados do século XVI* (Porto, FAUP, 2008). No entanto, é de realçar que nessa lista há hiatos entre os anos de 1529-1536 e 1537-1539 e que no triénio 1539-1541 o governador foi um João Gomes. Terá a coincidência do patronímico motivado uma confusão com Gonçalo Gomes?

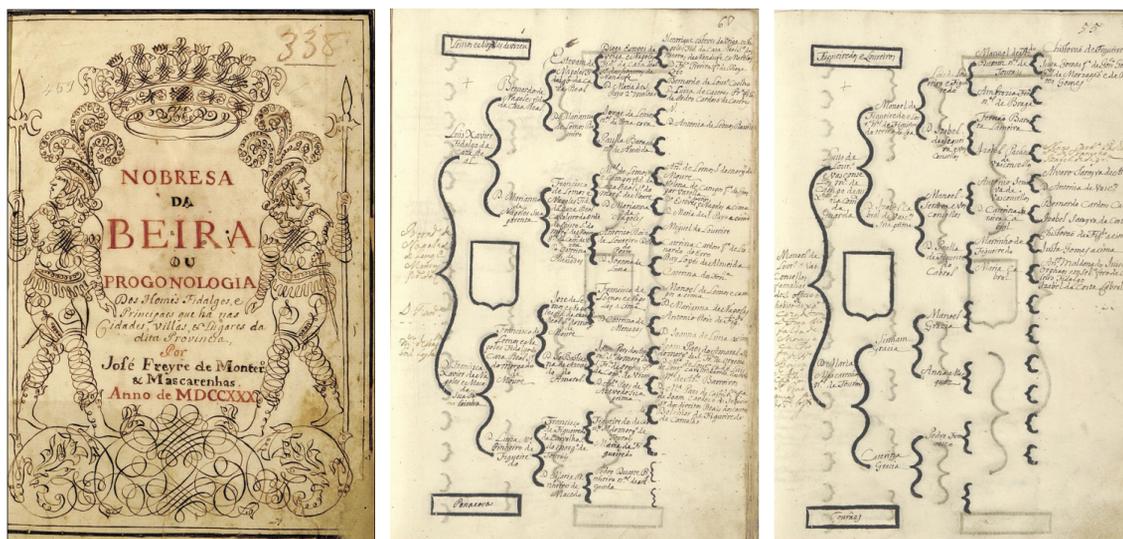


Fig. 4 – Nobresa da Beira. Por José Freyre de Monter.º & Mascarenhas, 1730  
Fólio 55 - Figueiredos e Loureiros, Fólio 65 - Lemos e Nápoles de Viseu. BNP

A 7 de outubro de 1558<sup>13</sup>, Gonçalo Gomes e sua mulher Brites Gomes fizeram testamento de mão comum<sup>14</sup> nas notas de Gomes Fernandes, tabelião de Seia, pelo qual vincularam a terça parte dos seus bens, com obrigação de os administradores desse vínculo mandarem rezar anualmente 10 missas e de darem, também anualmente, 15 alqueires de pão a Domingos Botelho, irmão do testador. Nomearam administradores do vínculo sua filha Francisca Gomes (provavelmente, a primogénita) e seu marido Sebastião Álvares e determinaram ainda que o último a morrer concederia a alforria aos seus escravos Joane, Domingos e Margarida.

No ano seguinte, a família mandou fazer uma capela na igreja do Salvador<sup>15</sup> de Tourais, na qual existia uma lápide, da qual só tínhamos notícia através das informações paroquiais de 1721 citadas por Eduardo Osório Gonçalves, mas que fomos descobrir na frontaria da capela do atual cemitério (ao lado esquerdo da porta)<sup>16</sup>. Hoje, a pedra é de difícil leitura, mas contamos com uma transcrição da mesma nas ditas Informações Paroquiais:

*"Nesta igreja, em ângulo, por baixo do arco/ da capela-mor, está hua capela, com hua imagem/ da Nossa Senhora do pé da cruz com Cristo Senhor Nosso em seus braços/ capela, que hoje tem invocação de Santo António, a qual foi ins/tituída por hu Gonçalo Gomes e por sua mulher Brites/ Gomes, do mesmo lugar de Touraes, dentro da qual ca/pela, à parte do Evangelho, em hua parede em hua pedra/ sobre dourada se acha esta memória gravada em/*

<sup>13</sup> Esta data é apontada por Abranches do Soveral e Eduardo Osório como sendo a da morte de Gonçalo Gomes, o que nos parece ser confusão com a data do testamento.

<sup>14</sup> O documento encontra-se transcrito no registo vincular feito por seu descendente José de Melo Pereira e Nápoles, junto do Governo Civil da Guarda, em 1863. Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 13, fls. 174-177v.

<sup>15</sup> E não S. Paio, como diz Abranches do Soveral.

<sup>16</sup> Aí terá sido colocada depois da desativação da igreja antiga e da construção do cemitério.

letra redonda: «Esta capela mandou fazer Gonçalo Gomes, e/ sua mulher Brites Gomes para eles e mais ad/ministradores dela: tem treze<sup>17</sup> missas de obri/gação cada hu ano. Pede lhe digão huma Ave/ Maria à honra de Nossa Senhora anno de 1559.»<sup>18</sup>.

O texto transcrito parece induzir que houve uma alteração da invocação da capela. Acreditamos que a originária fosse a Nossa Senhora da Piedade, entretanto substituída por Santo António, padroeiro da família como veremos. No entanto, a invocação originária perdeu-se, pois o autor das Memórias Paroquiais de 1758 informa que na igreja de Tourais existiam, além do altar-mor e de dois altares colaterais, “*mais duas capelas em cada lado: uma com bens vinculados, que é de José de Lemos Nápoles, de Tourais, Fidalgo da Casa Real*<sup>19</sup>, a qual é da Senhora da Piedade [...]”<sup>20</sup>.

Na atual capela de S. Matias<sup>21</sup>, em Tourais, existe uma imagem de pedra que muito provavelmente é a mesma a que se refere o texto de 1721. Trata-se de uma escultura em pedra, uma *pietá*, possivelmente dos séculos XVI-XVII, de execução mediana e recentemente (mal) repintada, mas que se destaca pela expressão bastante realista do rosto de Nossa Senhora<sup>22</sup>.

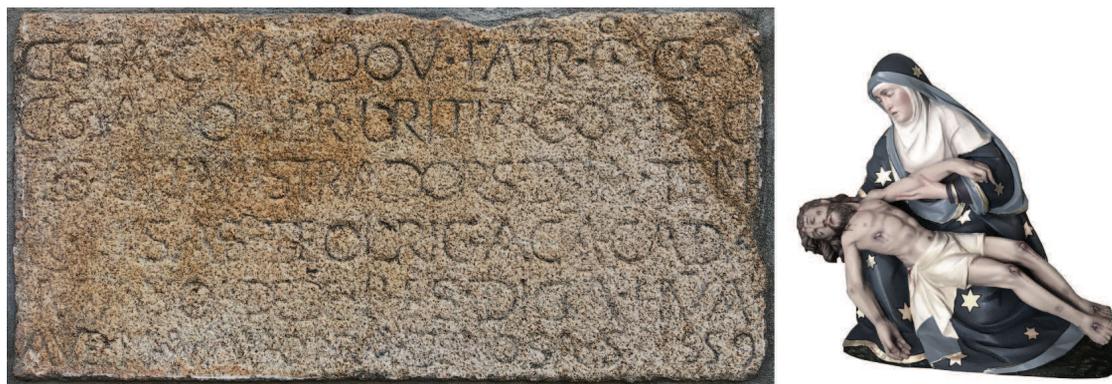


Fig. 5 – Lápide do cemitério. Pietá  
Fotografia dos autores

Beatriz Gomes viria a falecer em Tourais, a 14.08.1578<sup>23</sup>. Deste casal são conhecidas apenas duas filhas, as quais deram origem aos dois ramos que mais tarde viriam a construir cada uma das casas estudadas.

<sup>17</sup> Há discrepância quanto ao número de missas relativamente ao texto da instituição.

<sup>18</sup> AUC, Informações Paroquiais de 1721, n.º 273.

<sup>19</sup> Que vem a ser 6.º neto dos instituidores.

<sup>20</sup> ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 37, n.º 86, fls. 947-950.

<sup>21</sup> Originariamente teria sido a capela da Casa dos Loureiro de Vasconcelos, tendo sido mudada de local, encontrando-se hoje ao fundo do lugar.

<sup>22</sup> Existem imagens da mesma tipologia, da autoria de Tomé Velho (c. 1555-1632), seguidor de João de Ruão, datadas de 1580-1600, nas igrejas de São Silvestre e de Santa Justa, em Coimbra. Pedro Dias (coord.), *A Escultura de Coimbra – Do Gótico ao Maneirismo*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2003, pp. 152 e 234.

<sup>23</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, livro misto n.º 1, fl. 33.



Fig. 6 – Tourais Vista aérea

1. Casa Lemos e Nápoles
  2. Casa Loureiro de Vasconcelos
  3. Igreja Paroquial do Divino Salvador
  4. Capela de São Matias
- Google Earth, com fotomontagem dos autores

### Ramo I - CASA LEMOS E NÁPOLES



Fig. 7 – Casa Lemos e Nápoles, Tourais  
Fotografia dos autores

## Geração 2

**FRANCISCA GOMES** foi nomeada administradora do vínculo instituído por seus pais, no entanto parece que faleceu antes de sua mãe<sup>24</sup>. Foi casada com Salvador Álvares<sup>25</sup>, ao que parece, também natural de Tourais. Este, sendo já viúvo, fez testamento<sup>26</sup> a 27.08.1598, nas notas de Gomes Fernandes, tabelião de Seia, pelo qual se mandou enterrar na sua capela, à qual também vinculou a terça parte dos seus bens, com obrigação de os seus sucessores mandarem dizer 8 missas por ano. Anexou este vínculo ao instituído pelos seus sogros e nomeou sua administradora sua filha, que segue.

## Geração 3

**D. ISABEL DE FIGUEIREDO**<sup>27</sup> sucedeu a seu pai e casou com Francisco de Figueiredo de Carvalho, nascido em Bobadela, em 1543, segundo Eduardo Osório Gonçalves; “*capitão e governador na vila de Mazagão*”<sup>28</sup>. Em 1573, sendo adail daquela praça africana, tomou posse da comenda de Santa Maria de Senhorim da Ordem de Cristo<sup>29</sup>. E, segundo alguns Autores, foi Governador de Mazagão entre 1577 e 1578<sup>30</sup>. A este propósito, é de sublinhar o parentesco que tinha com o grande Luís do Loureiro, que exerceu aquele mesmo cargo entre 1541-1542 e 1548.

A paternidade de Francisco de Figueiredo não é clara. Segundo a inquirição *de genere* de seu filho Belchior, feita em 1640, era filho de Gaspar de Figueiredo e de Susana Pires do Loureiro, “*gente nobre e principa*”<sup>31</sup>. No entanto, uma genealogia manuscrita da autoria de Francisco Abreu de Castelo Branco, que se conserva na Biblioteca Nacional, fá-lo filho de Gaspar de Figueiredo do Loureiro e de Ana Dias e neto paterno daqueles Gaspar de Figueiredo e Susana Pires do Loureiro. Seja como for, era descendente por varonia de João Anes Loureiro, senhor da Quinta de Loureiro e fundador da igreja de Santa Maria de Silgueiros, trisavô do já referido Luís do Loureiro, governador de Mazagão<sup>32</sup>.

Francisco de Figueiredo já tinha falecido em Agosto de 1598, pois seu sogro diz no seu testamento que sua filha já então era viúva. A data apontada por Eduardo Osório para a sua morte – 16.05.1678 – está assim errada, e seria, aliás, cronologicamente impossível<sup>33</sup>.

<sup>24</sup> Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, diz que morreu a 26.01.1571 (vol. II, p. 11).

<sup>25</sup> Eduardo Osório chama-lhe Salvador Álvares de Gouveia e fá-lo filho de Francisco Álvares de Gouveia e de Isabel de Paiva, com quem inicia o capítulo “Gouveias, de Tourais” (*op. cit.*, vol. II, p. 280). No entanto, as testemunhas ouvidas na inquirição *de genere* de seu neto Belchior de Figueiredo de Carvalho chamam-lhe Salvador Álvares Lobo. O mesmo Autor diz que foi “escudeiro-fidalgo” sem, contudo, indicar qualquer fonte (*op. cit.*, vol. II, p. 11).

<sup>26</sup> Transcrito no registo vincular feito por seu descendente José de Melo Pereira e Nápoles, junto do Governo Civil da Guarda, em 1863. Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 13, fls. 177v.-185.

<sup>27</sup> Atribuímos o tratamento de “D.” apenas às senhoras a quem o mesmo é atribuído nas fontes primárias e documentação coeva.

<sup>28</sup> Segundo o testemunho de Simão Gonçalves, de Tourais, lavrador, de 80 anos, ouvido na inquirição *de genere* de seu filho Belchior de Figueiredo de Carvalho (1640).

<sup>29</sup> ANTT, Ordem de Cristo e Convento de Tomar, liv. 144.

<sup>30</sup> Jorge Correia, *op. cit.*, p. 74.

<sup>31</sup> AUC, Processos de ordenação sacerdotal, caixa 277, proc. n.º 23, fol. não numerado (testemunho de Domingos Marques, homem nobre, de 74 anos).

<sup>32</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, *Tratado dos Figueiredos, autor o Licenciado Francisco Abreu de Castelo Branco, tirado de um treslado dele e feito no ano de 1619 por Manuel Botelho Ribeiro* (Manuscritos, cota PMB 264).

<sup>33</sup> Provavelmente, essa data corresponde à morte de Francisco de Figueiredo de Carvalho, neto deste, filho de Belchior de Figueiredo de Carvalho e de sua mulher D. Maria Fragoso.

#### Geração 4

**BELCHIOR DE FIGUEIREDO DE CARVALHO**<sup>34</sup> sucedeu a sua mãe. Nasceu em Tourais, tendo aí sido batizado (como Melchior) a 22.05.1577<sup>35</sup> (padrinhos Dionísio Botto Machado e D. Maria, mulher de Feliciano Coelho<sup>36</sup>, de Gouveia, “*todos comendadores*”). Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em Instituta em 1595 e em Leis no ano seguinte. Casou em Paranhos, Seia, no 1.º domingo de Maio de 1602, com D. Maria Fragoso, natural daquela freguesia, filha do Licenciado Manuel Ferreira Salgado, administrador de uma capela, instituída na igreja daquela freguesia por seu pai, João Pires Salgado, a 30.09.1565<sup>37</sup>. Por via deste casamento, esta capela foi incorporada na Casa de Tourais, no entanto, D. Maria Fragoso não a chegou a administrar por ter falecido a 03.09.1611<sup>38</sup>, antes de seu pai. Seu filho Cipriano (adiante referido) sucedeu diretamente a seu avô materno.

Segundo as testemunhas ouvidas na habilitação para familiar do Santo Ofício de seu neto Francisco, “*sustentaram-se também de suas fazendas como pessoas nobres que eram*”<sup>39</sup>.

Depois de viúvo e contando já 63 anos, Belchior de Figueiredo tomou ordens de Evangelho e ordenou-se sacerdote<sup>40</sup>. Nessa altura, é descrito como sendo “*de meã estatura, cheio de corpo e rosto [sic], calvo na cabeça*”. Faleceu em Viseu, a 08.08.1653, tendo sido sepultado na sua capela na igreja de Tourais<sup>41</sup>.

Para além de Cipriano de Figueiredo de Carvalho, sucessor, este casal teve mais filhos, entre os quais dois que contribuíram para o engrandecimento da Casa de Tourais. Foram eles:

D. Isabel de Carvalho, batizada em Paranhos, a 19.12.1608<sup>42</sup>, a qual estava recolhida no Convento da Madre de Deus de Vinhó, com intenção de nele professar, quando, a 05.01.1637, fez um testamento pelo qual doou todos os seus bens a seu irmão Cipriano (adiante referido), com a condição de ele os unir ao vínculo de seus avós, nomeando, contudo, usufrutuário desses bens seu pai. Essa união visava o “*acrescentamento dos rendimentos do dito morgado para que o possuidor dele possa mais comodamente cumprir os encargos da capela que lhe está anexa*”<sup>43</sup> e

Fr. Belchior de Figueiredo, batizado em Paranhos, a 19.09.1610<sup>44</sup>; que frequentou a Universidade de Coimbra, tendo-se matriculado em Instituta em 1625 e em Cânones no ano seguinte; religioso de S. Bernardo no mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão, onde era noviço “*em vésperas de profissão*”, quando a 06.06.1628, fez um testamento pelo qual doou a seu pai todos os bens que herdara de sua mãe, com a condição de ele unir uma terça parte deles ao vínculo instituído por seu trisavô Gonçalo Gomes, devendo os rendimentos desses bens serem dados a título de tença a sua irmã D. Isabel caso ela professasse<sup>45</sup>.

<sup>34</sup> Eduardo Osório Gonçalves fá-lo “fidalgos da Casa Real” sem apontar qualquer fonte para essa informação, *op. cit.*, vol. II, p. 12.

<sup>35</sup> Registo Paroquial de Tourais, Livro misto n.º 1, fl. 61v.

<sup>36</sup> Trata-se, provavelmente, de Feliciano Coelho de Carvalho, governador de S. Tomé e comendador de Seia, referido por Felgueiras Gayo no seu nobiliário, vol. IV, p. 386.

<sup>37</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 13, fl. 144.

<sup>38</sup> Registo Paroquial de Tourais, livro de óbitos n.º 1, fl. 113.

<sup>39</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 16, doc. 470, fl. 11v.

<sup>40</sup> AUC, Processos de Ordenação Sacerdotal, caixa 277, n.º 23.

<sup>41</sup> Registo Paroquial de Tourais, livro de óbitos n.º 1, fl. 205v.

<sup>42</sup> Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, p. 12.

<sup>43</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 13, fl. 185.

<sup>44</sup> Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, p. 12.

<sup>45</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 13, fl. 147v.

## Geração 5

**CIPRIANO DE FIGUEIREDO DE CARVALHO**<sup>46</sup> sucedeu a seu pai. Foi batizado em Paranhos, a 09.12.1614<sup>47</sup>. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em Instituta em 1621, tendo depois cursado Leis entre 1622 e 1630, tendo obtido o grau de bacharel naquela faculdade a 09.12.1628 e o de licenciado a 08.03.1630. Era “*homem nobre, que sempre se sustentou à lei da nobreza, sem ter officio algum*”, vivendo do “*rendimento de suas fazendas*”<sup>48</sup>. Casou em Valhelhas<sup>49</sup> com D. Maria de Figueiredo, natural de Canas de Senhorim<sup>50</sup>, falecida em Tourais, a 09.07.1670, tendo sido sepultada na sua capela<sup>51</sup>. Era filha de Domingos João de Soveral, natural das partes de Pindelo, rendeiro e que “*vivia de suas fazendas*”<sup>52</sup>, e de Catarina Manuel de Figueiredo, natural de Canas de Senhorim.

Ambos fizeram testamento a 05.05.1670, pelo qual vincularam a terça parte dos seus bens, determinando quererem ser sepultados na sua capela na igreja de Tourais e impondo que os sucessores dos seus vínculos lhes anexassem sempre a terça parte dos seus bens<sup>53</sup>. Nesse testamento, surge uma curiosa referência à sua “*casa*”, não enquanto edifício, mas como instituição entendida como bem a preservar. Acerca do hipotético casamento de sua filha D. Isabel de Carvalho (atrás referida), determinam que “*case (...) com pessoa de qualidade que não desacredite esta casa nem seus antecessores que, posto seja isto soberba, o não é, mas zelo de ver nesta casa e sucessão sujeitos que a creditem já que nós não soubemos por nossas humildades fazê-lo*”<sup>54</sup>.

Depois da morte de sua mulher, Cipriano de Figueiredo de Carvalho fez um segundo testamento, a 24.04.1681, no qual refere que renunciou à herança paterna devido ao incumprimento do seu contrato de casamento por parte de seu pai. Naquela data, já tinham falecido dois dos seus filhos (D. Isabel de Carvalho e Francisco de Figueiredo de Carvalho, a quem nos referiremos de seguida), pelo que a sua sucessora foi sua neta D. Luísa Maria, a quem deixou os santos que existiam na Casa de Tourais (um Menino Jesus, uma Nossa Senhora da Conceição, um Santo António, um São Bento, uma Santa Teresa e um São Sebastião) com a condição de não saírem nunca da Casa visto que tinham sido sempre padroeiros de seus antepassados<sup>55</sup>.

<sup>46</sup> Eduardo Osório Gonçalves fá-lo “fidalgo da Casa Real”, sem indicar qualquer fonte para essa informação.

<sup>47</sup> Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, p. 12.

<sup>48</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 16, doc. 470, fls. 11v., 12v.

<sup>49</sup> Segundo informação do próprio, constante do seu segundo testamento.

<sup>50</sup> Segundo as testemunhas ouvidas na habilitação para Familiar do Santo Ofício de seu filho Francisco e não de Oliveira do Conde, como diz Eduardo Osório Gonçalves.

<sup>51</sup> Registo Paroquial de Tourais, livro de óbitos n.º 1, fl. 19v.

<sup>52</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 16, doc. 470, fl. não numerado.

<sup>53</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 13, fls. 149 e ss.

<sup>54</sup> D. Isabel de Carvalho viria a casar, em Tourais, a 07.04.1675, com o Dr. João da Costa Leitão, natural de Oliveira do Conde, licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra, onde estudou entre 1663 e 1670; juiz de fora que leu no Desembargo do Paço (ANTT, Desembargo do Paço, Leitura de Bacharéis, letras I e J, maço 6) e foi agraciado por D. Pedro II com o hábito da Ordem de Cristo com 20\$000 réis de tença pelos serviços prestados a sua mulher, a Rainha D. Maria Francisca de Sabóia, quando esta por duas vezes foi fazer termas às Caldas da Rainha (carta de 15.01.1678 – ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de Ordens Militares, liv. 10, fl. 292v.). Filho de Gonçalo Leitão Aranha e de Isabel da Costa Côte-Real. Neto paterno de Gonçalo Aranha, juiz ordinário no concelho de Sanfins, que se tratava “à lei da nobreza” e de Antónia da Costa. E materno de António da Costa e de Maria Simões.

<sup>55</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 13, fls. 189v. e ss.

### Geração 6

**FRANCISCO DE FIGUEIREDO DE CARVALHO** deveria suceder a seu pai, mas faleceu antes dele. Nasceu em Tourais, sendo aí batizado a 01.02.1647 (padrinhos seu avô paterno - que já então se ordenara, e sua avó materna, Catarina Manuel de Figueiredo, de Canas de Senhorim)<sup>56</sup>. Fez petição para ser familiar do Santo Ofício em 1674 e, apesar de ter sido aprovado, morreu antes que o processo terminasse (1682)<sup>57</sup>. Casou em Águeda, onde depois viveu, com D. Maria Pinheiro de Macedo, dali natural. Filha de Pedro Duarte Pinheiro<sup>58</sup>, “*rendeiro que vivia de suas fazendas*”<sup>59</sup>, e de Isabel Rodrigues de Macedo, ambos naturais de Águeda. Neta paterna de Pedro Duarte Ferreira, de Mourisca, e de Isabel Pinheiro<sup>60</sup>, natural de Águeda. E materna de Pedro Fernandes de Macedo, natural de Recardães, e de Maria Rodrigues Viegas, de Águeda. Parece que deste casal nasceu apenas uma filha, que segue.

### Geração 7

**D. LUÍSA MARIA PINHEIRO DE FIGUEIREDO** sucedeu a seu avô. Nasceu em Águeda e casou em Tourais, a 14.06.1690<sup>61</sup>, com Francisco de Lemos e Nápoles<sup>62</sup>, natural da freguesia da Sé, Viseu<sup>63</sup>, Familiar do Santo Ofício (carta de 13.10.1691)<sup>64</sup>, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real com 1\$600 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia (16.06.1695)<sup>65</sup>, descendente dos Lemos e Nápoles administradores da capela de Moure na Sé de Viseu<sup>66</sup> e da Casa da Prebenda naquela cidade. Na sua inquirição para familiar, os comissários sublinham que era “*da mais antiga, ilustre e primeira qualidade, por todas as vias aparentado com as mais nobres e puras famílias desta cidade [Viseu]*”<sup>67</sup>. Era filho de José de Lemos e Nápoles, Fidalgo da Casa Real<sup>68</sup>, e de D. Sebastiana de Azevedo. Neto paterno de Francisco de Lemos Nápoles e Campos, Fidalgo da Casa Real, governador da comarca de Viseu (1663-1667), a quem D. Pedro II concedeu o hábito de Cristo e 150\$000 réis de tença (20.06.1668)<sup>69</sup> e de D. Catarina de Figueiredo e Almeida. E materno de

<sup>56</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, livro misto n.º 1, fl. 195.

<sup>57</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 16, doc. 470.

<sup>58</sup> Irmão de Maria Pinheiro casada com João Pinto Pinheiro, pais de Miguel Pinto de Macedo, Familiar do Santo Ofício (carta de 13.08.1675), ascendente dos Condes da Borralha, e de Fr. Tomé de Macedo, inquisidor em Goa, de onde regressou “*para tomar assento na Mesa Grande e nunca se soube da nau em que viajou.*” (Francisco de Moura Coutinho, “Linhagem dos Pintos de Águeda”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, p. 46).

<sup>59</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 16, doc. 470.

<sup>60</sup> Irmã de Fr. Jorge Pinheiro, religioso dominicano, tendo professado no convento de S. Domingos de Lisboa a 15.02.1589; prior do convento da Batalha até ao seu ingresso como lente na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (09.08.1624); provincial da sua ordem eleito em 1634 e em 1636-1637; deputado do Santo Ofício (02.04.1635) (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Jorge, mç. 3, doc. 69), distinto orador e autor de vários sermões publicados. (*Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis 1290-1772*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 37 e ss.). Filhos de Pedro Jorge e de Maria Pinheiro.

<sup>61</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro misto n.º 1, fls. 86-86v.

<sup>62</sup> Referido por Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, tomo I, vol. II, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944, p. 248.

<sup>63</sup> Tal como consta do assento de casamento de seu filho José.

<sup>64</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 24, doc. 631.

<sup>65</sup> ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 9, f. 415.

<sup>66</sup> Esta capela era cabeça de um vínculo instituído a 01.10.1554.

<sup>67</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 24, doc. 631, fl. 4.

<sup>68</sup> Segundo a carta de foro de seu filho.

<sup>69</sup> ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês das Ordens Militares, liv. 9, fls. 41v.-42.

João Pais do Amaral, capitão-mor e governador de Viseu<sup>70</sup>, e de D. Antónia de Azevedo, todos moradores naquela cidade.

Com este casamento ilustrou-se grandemente a casa de Tourais, embora mudando a sua varonia. Francisco de Lemos e Nápoles provinha de uma família de militares, filhados nos livros d’el-Rei, prerrogativa que havia de transmitir aos seus descendentes. E os seus dois avós tinham ambos ocupado o importante cargo de governador de uma das principais cidades da província.

A 26.05.1739, o rei D. João V concedeu uma provisão a D. Luísa, já então viúva e moradora em Viseu, para fazer um novo tombo do seu morgado e capelas, uma vez que os seus vínculos estavam muito diminuídos *“por causa de se não fazer tombo das fazendas dele”*. Entre os muitos bens de raiz registados no novo tombo, consta a casa antiga desta família em Tourais, descrita como *“Um das nobres casas e antigas (...) que constam duma grande sala, casa de estudo, outra d’oratório, com seu alegrete e jardim junto, e mais casas de cozinha, despensa, com uma casa a que chamam d’estudo”*<sup>71</sup> no fim da varanda com sua escada e balcão à volta, com boas adegas, armazém de azeite, casa de tulha, estrebarias, casa de forno com seu quintal com algumas [árvores] de fruto e um alperceiro<sup>72</sup>.

Este casal teve vários filhos nascidos em Tourais e depois em Viseu, mas foi seu sucessor José de Lemos e Nápoles de Figueiredo Macedo, que segue.

### Geração 8

**JOSÉ DE LEMOS E NÁPOLES DE FIGUEIREDO MACEDO**, natural de Viseu, onde terá nascido cerca de 1717<sup>73</sup>. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real como seu pai e avós (02.06.1735)<sup>74</sup>. Em 1735, quando apresentou petição para se tornar familiar do Santo Ofício, disse ser soldado de cavalaria e *“senhor de casa”*. Tendo sido aprovado, obteve carta a 07.07.1736<sup>75</sup>. Na informação, os comissários dizem que era *“dos principais desta comarca [Viseu], muito rico e abastado de bens e poderá ter dois mil cruzados de renda e muito mais por possuir muitas fazendas e boas, assim neste bispado como no de Coimbra, e se trata com bom luzimento e esplendor”*<sup>76</sup>. A 13.08.1742, obteve uma carta de privilégio para *“todos os seus mordomos, caseiros, lavradores e demais criados”*, o que atesta o estatuto de que gozava e a importância da sua casa<sup>77</sup>.

Depois de dois ajustes de casamento falhados<sup>78</sup>, José de Lemos e Nápoles casou na capela de Nossa Senhora da Conceição, no terreiro das casas de António José de Albuquerque do Amaral Cardoso (que

<sup>70</sup> V. habilitação para familiar de seu neto Francisco.

<sup>71</sup> A nossa transcrição baseia-se na que foi feita aquando do registo vincular (1863), não havendo dúvida de que aí está escrito “casa de estudo”. No entanto, acreditamos que pudesse ter havido um erro de leitura e que, num destes casos, se tratasse de uma “casa de estrado”.

<sup>72</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Governo Civil, Registo Vincular, Livro n.º 13, fls. 89v.-90v.

<sup>73</sup> Tal como consta da sua habilitação para familiar do Santo Ofício. A naturalidade é também confirmada pelo seu assento de casamento. Eduardo Osório Gonçalves apresenta um seu irmão homónimo, nascido e batizado em Tourais em 1700, identificando-o com este. No entanto, parece que este era bastante mais novo. (*op. cit.*, vol. II, p. 15).

<sup>74</sup> ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 27, fl. 109v.

<sup>75</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, José, mç. 40, doc. 644.

<sup>76</sup> Idem, fl. 4.

<sup>77</sup> ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 33, fl. 133.

Nos registos paroquiais de Tourais, encontrámos algumas referências interessantes sobre o pessoal que constituía a casa de José de Lemos e Nápoles. Sem contar com uma busca exaustiva, localizámos um caçador e 4 escravos, 3 dos quais falecidos entre 1757 e 1763.

<sup>78</sup> Em 1735, estava ajustado o seu casamento com uma filha de um Manuel de Castelo-Branco, que vivia no Minho. No entanto, do processo não consta a inquirição sobre a limpeza de sangue dessa noiva, o que é estranho, pois tal seria obrigatório antes da sua aprovação. Em 1756, o Santo Ofício faz diligências sobre a limpeza de sangue de D. Antónia Francisca Xavier da Veiga Bermudes de

serviu de procurador da noiva), em Tourais, a 19.01.1760<sup>79</sup>, com D. Mariana de Mendonça de Pina Osório de Proença. O casamento foi precedido de uma escritura de esponsais, dote e arras, feita a 14.10.1759, em Mangualde, em casa de Miguel Pais do Amaral, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, sendo a noiva representada por seu primo Simão de Oliveira da Costa Almeida Osório, igualmente Fidalgo da Casa Real e capitão-mor da Guarda. Através do contrato, D. Mariana dotou-se com todos os bens livres de sua legítima e com um vínculo de que era administradora, instituído por seu tio materno Padre Manuel de Oliveira Feio<sup>80</sup>. Já o noivo dotou-se com todos os seus bens livres, vínculos e prazos, tomando para sua terça “*as suas casas em que vive e as mais que tem no lugar de Tourais e a sua quinta da Parvoíce*”, das quais fez um vínculo de morgado *in perpetuum*, de regular sucessão<sup>81</sup>.

D. Mariana de Mendonça nascera em Benespera, Guarda, a 31.08.1730, tendo aí sido batizada no dia 6 do mês seguinte (padrinhos Tomás da Silva Teles, Visconde de Ponte de Lima, e sua filha D. Mariana Xavier de Lima, moradores em Lisboa, representados, respetivamente, por Leonis de Pina e Mendonça, cônego da Sé da Guarda, tio paterno da batizada, e João de Mena Falcão, ambos moradores na Guarda)<sup>82</sup>. Em 1781, estando já viúva e recolhida no Convento de Santa Mónica em Lisboa, habilitou-se à herança de seu irmão João de Mendonça de Pina Osório de Proença, que falecera no ano anterior, casado, mas sem geração<sup>83</sup>.

Este casamento proporcionou aos Lemos e Nápoles uma aproximação à corte porquanto D. Mariana era filha de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, figura de destaque no nosso país, na primeira metade do século XVIII, autor dos famosos *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre*, publicados em 1734<sup>84</sup>. Martinho de Mendonça, natural da Guarda, era Fidalgo da Casa Real (01.01.1735)<sup>85</sup>, familiar do Santo Ofício (23.01.1722)<sup>86</sup> e um homem culto, poliglota e viajado, interessado em Filosofia, Filologia, Matemática, Pedagogia, História e Genealogia. Pela sua grande erudição, foi nomeado mestre do Infante D. Manuel (filho de D. Pedro II), bibliotecário da livraria real e guarda-mor da Torre do Tombo (1742) e pertenceu à Academia Real da História e à Academia Filosófica do Conde da Ericeira. Além disso, desempenhou importantes cargos administrativos, tendo sido comissário régio no Brasil (1733), ministro do Conselho Ultramarino (1738), desembargador da Casa da Suplicação, governador de Minas Gerais e intendente dos diamantes. Encarregou-se ainda de importantes missões diplomáticas, como as negociações do

---

Sousa Coutinho Mariz Espargosa, natural e moradora em Lisboa, com a qual estava então contratado para casar, mas esta, embora inicialmente aprovada a 14.08.1756, veio depois a ser reprovada a 16.07.1757 por se levantar suspeita de que o seu avô paterno fosse descendente de cristãos-novos. A pretendente era filha de Luís José da Veiga Bermudes, natural da Torre do Lumiar, Lisboa, e de sua mulher D. Joana Inês de Castelo-Branco e Melo, natural de Chaves. Neta paterna de Francisco Lopes da Veiga Bermudes e de D. Antónia Mariz Coutinho. E materna de António Luís de Madureira Parada, natural de Chaves, e de D. Margarida Gerarda da Cunha Mourão e Lemos, de Lisboa.

<sup>79</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro misto n.º 2, fls. 37-37v.

<sup>80</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 4430.

<sup>81</sup> A escritura de esponsais encontra-se transcrita no processo de registo vincular feito pelo herdeiro da Casa de Tourais junto do Governo Civil da Guarda em 1863. Arquivo Distrital da Guarda, Governo Civil, Registo Vincular, Livro n.º 13, fls. 166v. e ss.

<sup>82</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Paroquial de Benespera, Guarda, Livro de batismos n.º 1, fls. 94v.-95.

<sup>83</sup> ANTT, Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra M, mç. 48, n.º 38.

<sup>84</sup> Sobre a sua figura e obra, v. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1752, vol. III, p. 441; António Salgado Júnior, *Martinho de Mendonça de Pina e Proença e a educação da nobreza no século XVIII*, Aveiro, A Lusitânia, 1951; Rómulo Vasco da Gama de Carvalho, *Apontamentos sobre Martinho de Mendonça de Pina e de Proença 1693-1743*, Lisboa, 1963; Joaquim Ferreira Gomes, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*, Instituto de Estudos Filosóficos, 1964; Luís Manuel A. V. Bernardo, *O Essencial sobre Martinho de Mendonça*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002.

<sup>85</sup> ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 27, fl. 134.

<sup>86</sup> ANTT, Habilitações para Familiar do Santo Ofício, maço 4, dil. 89.

casamento do futuro rei D. José com D. Maria Ana de Áustria. Foi casado com D. Maria Paula de Andrade e Mendonça, natural de Monsanto.

Pensamos que o elevado estatuto social da família de D. Mariana de Mendonça assim como o facto de ela ter vivido em Lisboa antes do casamento terão levado José de Lemos e Nápoles a construir a sua Casa de Tourais, dando-lhe a feição que hoje conhecemos.

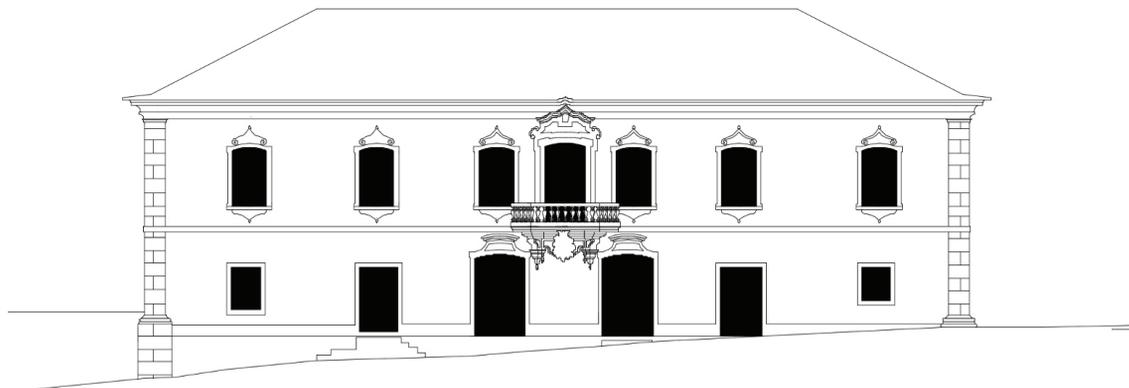


Fig. 8 – Casa Lemos e Nápoles, Tourais. Fachada poente  
Desenhos realizados no âmbito da unidade curricular  
História da Arquitectura Portuguesa, do MIArq-FAUP

A fachada da casa Lemos e Nápoles apresenta uma sóbria fachada simétrica, marcada pela disposição ritmada dos vãos com balcão central sobre o brasão rocaille do piso térreo.



Fig. 9 – Pormenor da pedra de armas da Casa Lemos e Nápoles, Tourais – com reboco  
Fotomontagem dos autores

Ladeiam-no duas portas de verga curva da entrada na casa. Outras portas, no piso térreo, davam acesso ao quarto-baixo e às cavalariças. A qualidade deste desenho não passou despercebida ao estudo *Solares Portugueses* de Carlos Azevedo, que visitou e fotografou a casa em 1961. As fotografias, na posse da Fundação Calouste Gulbenkian, revelam a atenção dada à entrada. Estranhamente, a fachada não foi registada na sua totalidade.<sup>87</sup> Talvez o estado global de conservação do imóvel e a ausência de cal que anula a força do trabalho de cantaria tenham justificado tal omissão.

Já a entrada da casa foi alvo de uma cuidada reportagem fotográfica, das duas portas exteriores ao espaço interior da escada de três lanços revestido a azulejos.

SOLARES PORTUGUESES 11/04 1223/001 / 001/79700 N.º 09.12.23-114  
 Nome: CASA DA PREBENDA Localidade: TOURAIS  
 Aspecto de: FACHADA PENUCAL Em: JUNHO 1961  
 Proprietário: ANTONIO BERNARDO DA SILVA  
 Distrito: GUARDA Concelho: ZEIA Freg. TOURAIS



Fig. 10 – Casa da Prebenda, Tourais nos inventários  
 Fotografia de Carlos Azevedo (1961). Fotografia de João Santos Simões (1960-1970)  
 Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian.

O vestíbulo preserva ainda a calçada em seixo e as paredes brancas deixam antever pinturas anteriores. O branco fora noutros tempos amarelo ocre com uma barra cinzenta-chumbo, junto ao chão. Na passagem para a escada surge um arco abatido, a toda a largura do vestíbulo, primorosamente trabalhado em cantaria encimando dois degraus curvos que anunciam o primeiro lanço de escada central que conduz ao piso nobre.

<sup>87</sup> Carlos de Azevedo, Casa da Prebenda - Tourais em *Solares Portugueses* – *ficha de inventário*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.



Fig. 11 – Vestíbulo de entrada  
Fotografia dos autores

Os tetos de madeira do vestíbulo e escadaria foram refeitos, não havendo infelizmente registo das anteriores soluções. A escadaria de tipo real<sup>88</sup>, elemento central e organizador da casa, é revestida de grande aparato.

“Na escadaria nobre a que não falta monumentalidade está o silhar de 11 azulejos de altura, de cabeceira recortada, pintura a azul acompanhando as rampas em todo o seu desenvolvimento. O seu silhar é composto por uma sucessão de painéis figurados, assuntos venatórios, de desenho pouco correto e convencional, copiado certamente de gravuras do princípio do século XVIII os azulejos serão, no entanto de cerca de 1760, o que deduzo pelo tipo de pintura e enquadramentos concheados. A cor um tanto baça do azul e a imprecisão do desenho indicam fabricação de Coimbra.”<sup>89</sup>

Com estas palavras, da ficha de inventário de 1957, Santos Simões caracterizou o interior desta casa que em muito lembra o do Palácio dos Condes de Anadia, de Mangualde, com quem os Lemos e Nápoles mantinham relações próximas, como já vimos. À imagem dos painéis de azulejos de Mangualde (produção de Coimbra, atribuídos a Salvador Sousa Carvalho, c.1740), que recordam a iconografia de “La Venaria Reale – Palazzo di Piacere e di Caccia” (dada à estampa em 1672), os onze painéis de Tourais, distribuídos ao longo da escadaria, representam cenas variadas de caça, afastando-se das representações de cenas mitológicas, mais eruditas. A temática escolhida coaduna-se com as preocupações e condição dos proprietários da casa, em torno das virtudes da nobreza, tal como refere Martinho de Mendonça:

<sup>88</sup> Hélder Carita, O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo de palácio barroco: de João Antunes a André Soares, em *IV Congresso História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*, Lisboa, APHA, 2014, pp.122-132.

<sup>89</sup> João Santos Simões, Casa da Prebenda - Tourais em *Azulejaria Portuguesa – ficha de inventário*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1957. (Reportagem fotográfica posterior 1960-1970)

“A caça, ainda que hoje não seja tão própria imitação da guerra, como nos primeiros séculos (...) com tudo fortifica tanto o corpo, costumando-o ao trabalho, à calma, e ao frio, que na paz he o mais próprio exercício de quem tem herdada a obrigação de vestir o arnez, havendo guerra.”<sup>90</sup>

Curiosamente, através da investigação nos registos paroquiais ficamos a saber que José de Lemos e Nápoles tinha caçador próprio. A representação de cenas de caça – a lobos, a raposas, ursos, veados, com recurso a lanças e armas de fogo, a pé e a cavalo – é comum a outras escadarias barrocas, imprimindo uma ideia de movimento ao percurso na escada.



Fig. 12 – Azulejos da escadaria  
Fotografia dos autores

As cercaduras ornamentadas com concheados são encimadas por *putti alati* com trompetes, sugerindo sonoridade ao espaço e simultaneamente lembrando o valor transitório da fama. Ainda que Santos Simões aponte a crítica à execução dos azulejos, que reconhecemos, por exemplo, no desfasamento da inclinação dos silhares aplicados nos panos rampantes das escadas, relevamos o cuidado e atenção no tratamento de outros pormenores, como o do pequeno *putto* que apoia o cotovelo na curvatura da ombreira de um vão interior.

<sup>90</sup> Martinho de Mendonça, *op. cit.*, p. 227.

Destacamos ainda o trabalho de cantaria em granito, da balaustrada às curiosas modinaturas interiores, sem descurar o incontornável portal de acesso ao salão, encimado por pedra de armas. Três portas e cinco janelas de grandes dimensões (duas interiores e três exteriores) conferem à escadaria um interessante ambiente: espaço de distribuição, fortemente iluminado, que em muito se assemelha ao de um pátio exterior.

Quanto ao programa interior, e apesar das adaptações que a casa sofreu ao longo do tempo, é ainda reconhecível na parte norte a estrutura setecentista, enquanto no lado sul, quase só a chaminé da antiga cozinha denuncia a organização interior original.

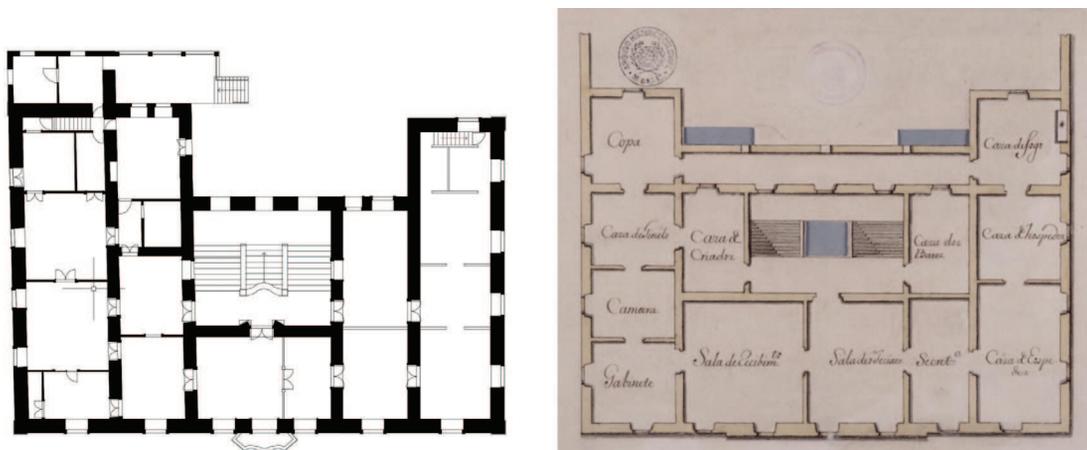


Fig. 13 – Piso nobre: Casa de Tourais e Palácio do Governador de Santa Catarina

No piso nobre, a partir do grande salão, assiste-se a uma sucessão de espaços, dos mais públicos para os mais privados, dos de maior para os de menor dimensão, das salas às alcovas. A compartimentação obedece a princípios de geometria regular e a escala e distribuição recordam a racionalidade tipológica do Palácio do Governador de Santa Catarina (Brasil, séc. XVIII)<sup>91</sup>. A par da qualidade dos trabalhos de cantaria e azulejaria, já referidos, somam-se os de carpintaria e marcenaria presentes nos tetos e vãos interiores: das simples portadas com almofadas-postigo ainda existentes, à solução mais elaborada de uma porta de duas folhas (desencontrada) que respeita os eixos compositivos de compartimentos desalinhados, tal como sucede nalguns palácios da capital. Também neste caso encontramos um piso mezanino destinado a criados. Os tradicionais tetos de masseira comuns a tantos solares da Beira deram lugar nesta casa a outros de gosto mais avançado. Vejam-se os forros abobadados em madeira, com aplicações de frisos. Não será por acaso que encontramos soluções muito semelhantes em importantes casas da região, como no já referido Palácio dos Condes de Anadia (Mangualde) e na Casa da Ínsua (Penalva do Castelo). Nesta última, as superfícies foram preenchidas com pinturas de heráldica familiar no vestíbulo e cenas da mitologia clássica na sala dos retratos. Já no salão do Palácio dos Condes de Anadia, esta campanha de obras, de pintura, parece não ter chegado a acontecer, tal como aparenta não ter acontecido em Tourais, ainda que a estrutura dos tetos o previsse.

<sup>91</sup> Alçados e Plantas dos Pisos Térreo e Nobre da Casa do Governo, Capitania de Santa Catarina. Ca. 1747. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia. Ms 1221/1224

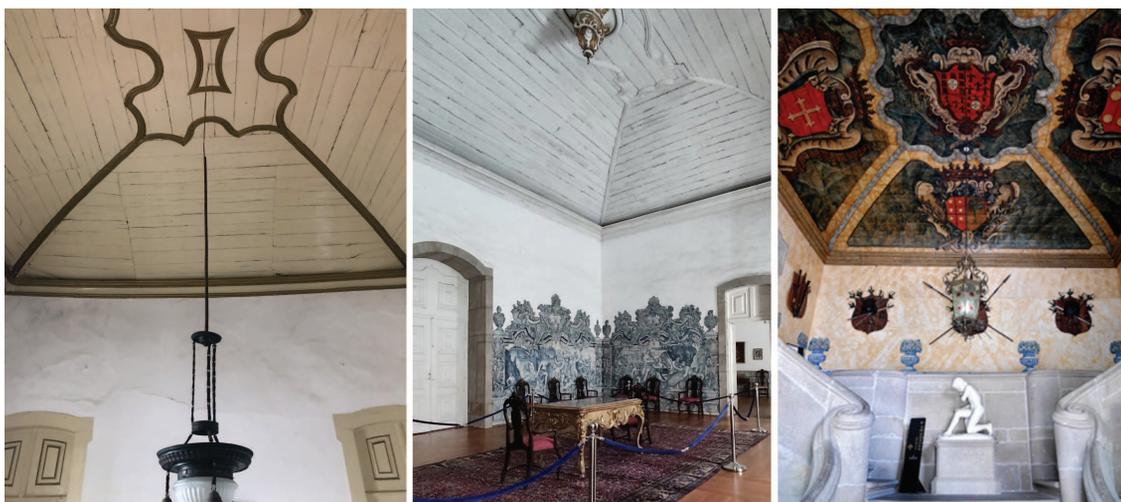


Fig. 14 – Os tetos: Tourais, Anadia e Ínsua  
Fotografia dos autores com estudo comparativo

Relativamente à heráldica da família, existem na casa duas pedras de armas, perfeitamente iguais: uma no exterior, colocada na fachada principal sob o balcão, e outra no interior, ao cima da escadaria de aparato, no portal de acesso ao salão. O estilo rocaille permite datá-las da 2.ª metade do século XVIII, tendo sido colocadas muito provavelmente na mesma altura de construção da casa. Eduardo Osório Gonçalves publicou a pedra exterior, identificando nela as armas dos Lemos, Nápoles e Azevedos<sup>92</sup>. No entanto, fazemos uma leitura diferente. Para nós, salvo melhor opinião, trata-se de um escudo partido, tendo na primeira partição as armas dos Lemos (varonia da família) e na segunda as dos Veigas, tal como foram atribuídas, a 20.05.1637, a Diogo Esteves da Veiga e Nápoles, senhor da Honra de Nandufe, tetravô de José de Lemos e Nápoles. O texto dessa carta foi publicado por Nuno Borrego<sup>93</sup>, ilustrado pela imagem que reproduzimos. Comparando a iluminura com a pedra, verifica-se que as peças nesta estão invertidas, estando a primeira de acordo com a descrição que é feita no texto da carta:

*“... debaixo do titulo de Veiga, achou [o Rei de Armas] as Armas & brasão do dito Ioão Esteves da Veiga, que foy Chefe e tronco deste solar & appellido & linhagem. As quoaes são as seguintes. Hum escudo esquartelado; O primeiro em campo sanguinho huma aguea de ouro armada do mesmo estendida. O segundo em campo azul três flores de lis de ouro postas em roquete; & assim os contrários...”*

Curiosa é uma espécie de cruz potenteia que, à falta de melhor explicação, nos parece servir apenas para unir os quartéis, mostrando que dizem respeito apenas a um apelido. As armas são encimadas por coronel de nobreza.

<sup>92</sup> Eduardo Osório, *op. cit.*, vol. II, p. 18.

<sup>93</sup> *Cartas de Brasão de Armas II*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2003, pp. 116-119.



Fig. 15 – Iluminura e pedra de armas  
Fotografia dos autores

Não tendo havido descendência do casamento de José de Lemos e Nápoles de Macedo, a Casa foi herdada pelos filhos de sua irmã D. Francisca Xavier casada com seu primo Luís Xavier, de Nápoles e Meneses, senhores da Casa da Prebenda em Viseu, de onde a de Tourais tomou o nome pelo qual é localmente conhecida. Nas gerações seguintes, os senhores desta Casa uniram-se por matrimónio a importantes famílias da fidalguia portuguesa: Bourbon Silva da Fonseca, da Casa de Alcobaça; Pereira de Melo Sottomayor, da Quinta da Barbeita, em Monção; e Albuquerque do Amaral Cardoso, da Casa do Arco, em Viseu. Se é certo que estas alianças contribuíram para a manutenção, quando não engrandecimento, do estatuto social da família, a verdade é que também poderão ter contribuído para a dispersão do património e para uma perda gradual da importância da Casa de Tourais no todo do património familiar.

Na verdade, já em 1886, o edifício encontrava-se dividido em várias partes pertencentes a diferentes herdeiros e nesse ano Luís Pereira de Melo e Nápoles, tetraneto de D. Francisca Xavier, vendeu quatro sextas partes do mesmo, saindo, assim, o imóvel da família.

## Ramo II – CASA LOUREIRO DE VASCONCELOS



Fig. 16 – Casa Loureiro de Vasconcelos, Tourais  
Fotografia dos autores

O ramo segundogénito descendente de Gonçalo e Brites Gomes – genearcas da família – provém de sua filha Justa, com quem iniciamos este ramo.

### Geração 2

**Justa Gomes** não se sabe quando nasceu, mas faleceu em Tourais, com testamento, a 23.07.1576<sup>94</sup>. Casou com Cristóvão de Figueiredo, falecido na mesma freguesia, sem testamento, a 04.06.1577<sup>95</sup>, parente de Francisco de Figueiredo de Carvalho (atrás referido por ter sido casado com uma sobrinha de sua mulher) e assim também de Luís de Loureiro, o *grande*, governador de Mazagão<sup>96</sup>. Filho de João Dias de Figueiredo e de Catarina do Rego.

Este casal teve vários filhos<sup>97</sup>, entre os quais Martinho (ou Martim) de Figueiredo e Manuel de Figueiredo Durão. Embora o mais velho fosse Martinho, seguimos pela sucessão de seu irmão por ter sido a que se manteve a viver na região de Tourais.

<sup>94</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro misto n.º 1, fl. com 3 numerações: 76, 25 e 172.

<sup>95</sup> Idem, 176v.

<sup>96</sup> Felgueiras Gayo, *op. cit.*, título de Loureiros, § 10, e Biblioteca Nacional de Portugal, *Tratado dos Figueiredos*, autor o Licenciado Francisco Abreu de Castelo Branco, tirado de um traslado dele e feito no ano de 1619 por Manuel Botelho Ribeiro (Manuscritos, cota PMB 264).

<sup>97</sup> Referidos por Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, pp. 16 e 19.

### Geração 3

**MANUEL DE FIGUEIREDO DURÃO** nasceu em Tourais, cerca de 1568. Estudou na Universidade de Coimbra onde se matriculou em Instituta em 1582<sup>98</sup>, tendo depois cursado Cânones entre 1583 e 1589. Nessa faculdade, obteve o grau de bacharel a 19.07.1588 e o de licenciado a 15.03.1590. Faleceu em Tourais, com testamento, a 08.07.1623<sup>99</sup>. Casou, antes de 1597, com Ambrósia Ferreira, natural de Braga, falecida no lugar de Figueiredo, junto a Tourais, a 07.04.1611<sup>100</sup>. Tiveram vários filhos, sendo o mais velho e sucessor Luís do Loureiro de Figueiredo, que segue.

### Geração 4

**LUÍS DO LOUREIRO DE FIGUEIREDO** terá nascido em 1602 e faleceu no lugar de Figueiredo, com testamento, na véspera de Natal de 1668, tendo sido sepultado na igreja de Tourais, “*na sua cova à mão direita*”<sup>101</sup>. Casou com D. Isabel de Sequeira de Vasconcelos, natural de Lameiras, concelho da Covilhã, falecida na freguesia de S. Pedro, Celorico da Beira, sem testamento, a 27.04.1678, tendo ali sido sepultada<sup>102</sup>. D. Isabel era filha de Fernão Barata Lameira, alferes-mor da Covilhã, proprietário do ofício de escrivão da câmara da mesma vila (carta de 22.05.1593)<sup>103</sup>, “*cavalheiro muito principal e conhecido de sua nobreza*” no dizer de Felgueiras Gayo, e de sua mulher D. Isabel de Sequeira de Vasconcelos, da conhecida família dos Costa Cardoso Pacheco, de Trancoso e Penedono<sup>104</sup>.

A esta aliança alude a pedra de armas que hoje se encontra colocada numa esquina da Casa de Tourais, embora a ela não pertencesse, tendo sido encontrada numa propriedade agrícola próxima. Em 1945, Quelhas Bigotte publicou uma fotografia dessa mesma pedra, ainda apeada, dizendo que se tratava do “*brasão dos Garcias Mascarenhas e Albuquerque*”<sup>105</sup>. Muito mais recentemente, Eduardo Osório Gonçalves também a publicou, nela identificando as armas dos Pachecos, Vasconcelos, Morais e Loureiros<sup>106</sup>. Ambos os autores fornecem informações imprecisas e a pedra merece-nos algumas observações.

- O elmo encontra-se indevidamente virado à direita. No entanto, não é possível saber-se se as peças do escudo se encontram na posição correta ou se toda a composição se encontra invertida. A única peça que permitiria perceber isso seria a escada do 3.º quartel, mas já noutras pedras de armas essa ora aparece à esquerda (v.g. pedra de armas de Luís do Loureiro sobre a porta da cidade de Mazagão) ora à direita da cidade (v.g. as pedras de armas existentes na Quinta do Loureiro e na igreja de Santa Maria de Silgueiros).
- É impossível determinar qual fosse o timbre por o mesmo estar mutilado.

<sup>98</sup> Normalmente, essa matrícula fazia-se aos 15 anos.

<sup>99</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro de óbitos n.º 1, fl. 141v.

<sup>100</sup> Idem, fl. 112v.

<sup>101</sup> Idem, fl. 229.

<sup>102</sup> Registo Paroquial de S. Pedro, Celorico da Beira, Livro misto n.º 2, fl. 149.

<sup>103</sup> ANTT, Chancelaria de Filipe I, liv. 24, fol. 247.

<sup>104</sup> Referidos, entre outros, por: Felgueiras Gayo, *op. cit.*, título de Cardosos, §29 N 9, e título de Loureiros, §10 N 8; Manuel da Costa Juzarte de Brito, *Livro Genealógico das Famílias desta Cidade de Portalegre*, Lisboa, 2002, p. 668; e Pedro Quadros Saldanha, *Trancosanos*, 2010, Edições Casa da Prova, vol. I, p. 18.

<sup>105</sup> Quelhas Bigotte, *Monografia de Seia*, 1945, s.l., s.n., p. 667.

<sup>106</sup> Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. I, p. 24.



Fig. 17 – Pedras de Armas: da Casa Loureiro de Vasconcelos (Tourais), de Luís do Loureiro (Fortaleza de Mazagão) e da Quinta do Loureiro (Loureiro de Silgueiros) Fotografia dos autores e estudo comparado

- No 1.º quartel, encontram-se as armas dos Pachecos e no 2.º as dos Vasconcelos<sup>107</sup>.
- Salvo melhor opinião, parece-nos que o resto do escudo não corresponde a dois quartéis com as armas de dois apelidos diferentes, mas às armas dos Loureiros ditas de Luís do Loureiro, acrescentadas por D. João III a 26.07.1551<sup>108</sup>, mas meadas, isto é, estando apenas representados os seus dois primeiros quartéis: o primeiro com uma cidade, aberta, ladeada à esquerda de uma escada lançada contra as suas ameias, e o segundo com cinco folhas de figueira postas em sautor (por Figueiredo). De resto, essa mesma solução foi igualmente usada pelos seus parentes da Quinta de Silgueiros, descendentes do referido Luís do Loureiro, quando quiseram esquartelar as suas armas com as de outros apelidos.
- É curiosa a escolha das armas de Luís do Loureiro, uma vez que os Loureiro de Figueiredo de Tourais não descendiam diretamente dele, sendo apenas seus parentes colaterais, não tendo por isso direito às suas armas acrescentadas.
- Por fim, a escolha para os 1.º e 2.º quartéis de apelidos que entraram por linha feminina indicia claramente que a família dava uma grande importância a esse ramo da sua ascendência;
- Assim, salvo melhor opinião, parece-nos que a leitura correta deste escudo é a seguinte: cortado, sendo o 1.º partido de Pacheco e Vasconcelos e o 2.º de Loureiro (de Luís do Loureiro), armas meadas, estando apenas representados os dois primeiros quartéis.

<sup>107</sup> A família de D. Isabel de Sequeira de Vasconcelos tinha uma casa em Trancoso que também ostenta pedra de armas, que nos parece ser mais antiga que esta de Tourais, que representa um escudo esquartelado de Cardoso (I e IV), Vasconcelos e Pacheco, com timbre de Cardoso. V. Pedro Quadros Saldanha, *op. cit.*, vol. I, pp. 19-20.

<sup>108</sup> Afonso Zuquete (coord.), *Armorial Lusitano*, Lisboa, 1961, p. 318.

De entre os vários filhos de Luís de Loureiro e D. Isabel de Sequeira de Vasconcelos<sup>109</sup>, o sucessor foi Manuel de Figueiredo de Loureiro, que segue.

### Geração 5

**MANUEL DE FIGUEIREDO DE LOUREIRO** nasceu no lugar de Figueiredo, junto a Tourais, tendo sido batizado em casa por necessidade, tendo recebido os santos óleos na igreja a 25.09.1640 (padrinhos o Padre Sebastião Rodrigues Lamego<sup>110</sup> e Justa de Figueiredo, moradores em Tourais)<sup>111</sup>. Felgueiras Gayo diz que viveu na sua quinta de Figueiredo. No entanto, sabemos que também viveu em Celorico da Beira, onde, por sua mulher, foi administrador da capela do Socorro ereta na igreja de S. Pedro daquela vila, onde casou com sua prima D. Isabel Cabral de Vasconcelos, ali nascida em 1638, e falecida em Tourais, com todos os Sacramentos e com testamento, pelo qual deixou 300 missas, a 09.11.1707, sendo sepultada na capela de seu filho<sup>112</sup>. Filha de Manuel Saraiva de Vasconcelos e de sua mulher D. Paula de Figueiredo Cabral. Neta paterna de António Saraiva de Vasconcelos e de D. Catarina Saraiva Cabral. E materna do Dr. Martinho de Figueiredo, de Tourais – irmão mais velho do Dr. Manuel de Figueiredo Durão, atrás referido – e de sua mulher Maria Cabral, de Celorico da Beira.

Manuel de Figueiredo de Loureiro faleceu antes de sua mulher, na freguesia de S. Pedro de Celorico, com todos os Sacramentos e com testamento, a 03.11.1704, tendo sido sepultado numa sepultura da família de sua mulher na igreja da Misericórdia daquela vila<sup>113</sup>. Do seu casamento nasceram vários filhos<sup>114</sup>, sucedendo-lhe Luís de Loureiro de Figueiredo e Vasconcelos, que segue.

### Geração 6

**LUÍS DE LOUREIRO DE FIGUEIREDO E VASCONCELOS** nasceu em Celorico da Beira, tendo sido batizado na igreja de S. Pedro, a 16.01.1673 (padrinhos o Padre Dr. Manuel Cabral de Vasconcelos, pároco daquela igreja, e sua irmã D. Doroteia - tios maternos do batizado)<sup>115</sup>. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em Instituta em 1689, mas seguiu a carreira militar, tendo alcançado os postos de mestre de campo do Terço de Auxiliares da comarca da Guarda e de governador de Alfaiates. Casou em Tourais, na capela de Nossa Senhora da Conceição, a 10.01.1691<sup>116</sup>, com D. Maria Josefa de Mascarenhas<sup>117</sup>, natural daquela vila.

Nesse mesmo ano, Luís de Loureiro apresentou uma petição ao Santo Ofício para se tornar familiar, mas, embora tivesse sido aprovado por si e seus ascendentes, foi reprovado por sua mulher

*“infamada de cristã-nova com fama e rumor muito antigo e que lhe vinha por ser neta pela parte paterna de Ana Marques, natural da Folhadosa, a qual era filha de uma Maria Mendes, natural de Manteigas, que era filha de um*

<sup>109</sup> Referidos por Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, pp. 21-22, e por Pedro Quadros Saldanha, *op. cit.*, vol. I, pp. 21-22.

<sup>110</sup> Parente do pai do batizado, falecido em Tourais, a 09.04.1656, com testamento pelo qual instituiu um vínculo que anexou ao de Nossa Senhora de Conceição, administrado pelos Loureiro de Vasconcelos. (Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, p. 19).

<sup>111</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro misto n.º 1, fl. 51v.

<sup>112</sup> Idem, Livro de óbitos n.º 1, fls. 175-175v.

<sup>113</sup> Registo Paroquial de S. Pedro, Celorico da Beira, Livro misto n.º 3, fl. 132v.

<sup>114</sup> Referidos por Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, p. 22, e por Pedro Quadros Saldanha, *op. cit.*, vol. I, pp. 22-23.

<sup>115</sup> Registo Paroquial de S. Pedro, Celorico da Beira, Livro misto n.º 2, fl. 43.

<sup>116</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro misto n.º 1, fls. 315v.-316.

<sup>117</sup> Referida e com ascendência estudada por: António de Vasconcelos, *Brás Garcia de Mascarenhas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 122; e Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, p. 175.

*Francisco Álvares Calangas [sic], que veio da Covilhã e que, excepto de seu avô paterno António Garcia, que veio do Ervedal, em os mais havia a mesma fama por se haverem casado uns com os outros*<sup>118</sup>.

Acrescenta ainda o comissário do Santo Ofício Manuel de Araújo Pinto acerca da família de D. Maria Josefa: *“outrossim achei que todos os desta família, sendo os mais pessoas muito ricas, se lhe chamavam cristãos-novos”*<sup>119</sup>.

D. Maria Josefa era filha, parece que única e herdeira, de Simão Garcia de Mascarenhas, licenciado em Cânones, e de sua mulher e parente Catarina Garcia de Mascarenhas, naturais da Folhadosa, mas moradores em Tourais. Neta paterna de António Garcia [de Mascarenhas], o moço, natural do Ervedal, e de Ana Marques, da Folhadosa. E materna de António Francisco Dias, também da Folhadosa, e de sua mulher Catarina Garcia [de Mascarenhas], natural de Sameice. Esta é a ascendência que consta da petição apresentada por Luís de Loureiro ao Santo Ofício, pelo que a ascendência materna de D. Maria Josefa tem sido publicada erradamente desde José de Monterroio Freire de Mascarenhas (1730), repetida por Felgueiras Gayo<sup>120</sup>, António de Vasconcelos<sup>121</sup> (1922) e Eduardo Osório<sup>122</sup> (2006). No entanto, este último autor trata, sem saber, dos avós maternos de D. Maria Josefa<sup>123</sup>.

Apesar dessa suposta cristã-novice, a família materna de D. Maria Josefa era, de facto, bastante rica e administrava uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição em Tourais. Um seu tio-avô, João Garcia de Mascarenhas (irmão de sua avó materna), que também já se habilitara a familiar e fora reprovado por sentença de 30.06.1666<sup>124</sup>, fez testamento de mão comum com sua mulher e prima direita Maria Álvares, em Tourais, a 02.07.1667, pelo qual vincularam todos os seus bens e o testador incumbiu sua mulher da construção de uma capela *“com toda a brevidade possível (...) com toda a curiosidade e perfeição que poder possa”*<sup>125</sup>. João Garcia viria a falecer uma semana depois de ter feito o testamento, a 09.07.1667<sup>126</sup>, tendo sido sepultado na igreja de onde determinara ser trasladado para a dita capela logo que fosse possível. A sua lápide encontra-se hoje no cemitério de Tourais.

A capela foi efetivamente feita no ano seguinte como atesta a data inscrita no óculo da mesma, tendo sido trasladada para o fundo do lugar e as suas pedras, cantarias e demais elementos usados na construção da atual capela de S. Matias. O autor das Informações Paroquiais de 1721 também se refere a esta capela:

*“Dentro do mesmo lugar [Tourais], no ângulo das casas,/ está hua capela com a invocação e imagem grandiosa da/ Nossa Senhora da Conceição. Esta foi instituída por Joam/ Gracia Mascarenhas do mesmo lugar, com obrigação de Missa/ todos os domingos e dias Santos, e todas as segundas/ feiras, com mais quatro missas no oitavário dos Santos/ à qual vinculou um opulento e rendoso morgado do qual/ ao presente he administrador o Mestre de Campo Luís/ de Loureiro de Vasconcelos, natural da vila de Seloriquo/ e actual morador neste lugar, à qual capela anda anexa/ outra capela que instituiu o Padre Sebastião Roiz/ Lamego, do mesmo lugar, com obrigação de missas*

<sup>118</sup> ANTT, Habilitações para Familiares do Santo Ofício, Habilitações Incompletas, doc. 3712, fol. não numerado.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> *Op. cit.*, Costados, vol. II, árvore 156v.

<sup>121</sup> *Op. cit.*, p. 122.

<sup>122</sup> *Op. cit.*, vol. II, p. 175.

<sup>123</sup> *Op. cit.*, vol. II, p. 224.

<sup>124</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 9, doc. 301.

<sup>125</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 1, fls. 272 e ss.

<sup>126</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro de óbitos n.º 1, fl. 227.

*todos/ os domingos e dias Santos, com mais hua missa dia de/ S. Sebastião = outra em dia de S. Brás = outra em dia/ da visitação de Santa Isabel = outra em dia de Santo António =/ outra em dia de S. Francisco = da qual tãobem he adm/nistrador o mesmo Mestre de Campo Luís de Loureiro de Vasconcelos/ que por dois actuais capelães faz cumprir as últimas vontades/ sendo tãobem esta capela visitada pelo Prelado, ou seus visi/tadores com propina, que deixou o instituidor João Gracia Mascarenhas.”<sup>127</sup>*

Na companhia deste João Garcia vivia uma sua sobrinha, Catarina (mãe de D. Maria Josefa de Mascarenhas) a qual veio a herdar o dito vínculo e capela. O marido desta, o licenciado Simão Garcia de Mascarenhas, obteve uma provisão régia para fazer tombo do vínculo a 10.02.1679, e nele a capela já é referida como sendo *“junto das casas do senhorio, a qual capela é da invocação de Nossa Senhora da Conceição, que está muito bem obrada, toda de pedra lavrada, com seu sino e retábulo, com mais uma imagem de São João Evangelista e outra imagem de Santa Teresa”*<sup>128</sup>. Esta capela e as casas que lhe estavam contíguas foram depois herdadas e administradas por D. Maria Josefa de Mascarenhas.



Fig. 18 – Tourais: possível Casa e Pedra tumular de João Garcia  
Capela de São Matias (antiga capela Nossa Senhora da Conceição 1668)  
Fotografia dos autores

<sup>127</sup> AUC, Informações Paroquiais de 1721, Tourais, n.º 273.

<sup>128</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 1, fl. 274v.

Julgamos serem estas as casas descritas no tombo:

*“era deste morgado uma capela e casas tudo junto, que está em este lugar de Tourais, em que os instituidores viviam, que vem a ser capela, casa de hóspedes, junto a ela, com sua tribuna de onde se ouve missa, com duas alcovas e sua varanda e logo mais adentro, duas câmaras com sua cozinha e varanda de pau para a parte do norte, e para a banda do poente outra sala forrada, como o são as câmaras, com um sótão de pedra lavrada em que está uma limeira e uma laranjeira e casa de galinhas, as quais casas têm lojas que servem de tulha e armazém de azeite, partem de nascente com casas deste morgado e do poente com rua pública e serventia destas casas e do norte com rua pública que vai para a fonte chamada da vila e do sul com casas de Teresa Mendes. Tem de nascente a poente quinze varas e dois palmos e do norte a sul vinte e três varas. (...) Mais detrás destas casas estão outras casas que também são deste morgado e capela, sobradadas, com seu balcão e duas salas forradas, com duas janelas, parte do nascente com a capela de São João Baptista e do poente com quelha destas casas acima e do norte com rua pública que vai para a dita fonte da vila e do sul com casas dos herdeiros de Maria Gomes e nesta medição entra uma casa que serve de armazém de azeite sobradado, com sua janela para o nascente e porta da loja, e no meio desta medição fica uma cozinha terreira que não é deste morgado e capela porque é dos herdeiros que ficaram de Pedro Marques Lobo, deste lugar [Tourais]. Tem de nascente a poente seis varas e palmo e meio e do norte a sul catorze e meia e tem uma câmara e cozinha. Disseram mais que era deste morgado e capela um corrente de casas por baixo destas acima que servem de estrebarias e lagar de vinho e casa de bois, que entre todas são quatro. Partem do nascente com rua pública que vai para a fonte da vila e do poente com quintal deste morgado e capela, e do norte com pátio das casas que foram de Pedro Marques Lobo e do sul com rua pública, tem de nascente ao poente vinte e três varas e três palmos e do norte ao sul quatro varas e seis palmos.”<sup>129</sup>*

Ainda que descritos com cuidado, identificando confrontações e medidas, não é reconhecível no tecido urbano atual os artigos descritos. Da Capela de São João, por exemplo, não há memória. A existência de uma rua dedicada ao mesmo orago na vizinhança da casa alude a que aí tenha existido. Já a dita fonte da vila julga-se ser a fonte de mergulho, atualmente enterrada, localizada a nascente das casas descritas. É muito provável que as casas tenham sofrido significativas transformações, posteriores à realização do tombo pelo que se torna difícil a sua identificação.

Luís de Loureiro de Figueiredo e Vasconcelos e sua mulher faleceram ambos em Tourais, ele a 15.09.1734<sup>130</sup>, e ela a 17.05.1739<sup>131</sup>, tendo ambos sido sepultados na sua capela.

A morte de D. Maria Josefa foi anunciada na *Gazeta de Lisboa* de 04.06.1739, num necrológio que exaltava a sua devoção e lhe atribuía aura de santidade:

*“Faleceu no lugar de Tourais, termo da vila de Seia, comarca da Guarda, em idade de 67 anos menos sete dias a Senhora D. Maria Josefa Mascarenhas, viúva do Mestre de Campo Luís de Loureiro de Vasconcelos, Senhora de vida tão austera, e penitente, que sem interpolação de tempo, e sem embargo das muitas queixas que padecia, se não apartava de dia, nem de noite da tribuna da sua Capela, onde por Breve Pontifício, e regalia especial se conserva sempre o Santíssimo Sacramento. Sucedeu o seu trânsito no dia 17 de Maio pelas nove horas da manhã; e sendo exposto o seu corpo sobre uma magnífica eça na mesma Capela, onde a 18 se lhe fez o ofício de corpo presente, se achou este tão flexível, e resplandecente, que por voto geral ficou exposto na mesma forma até o dia 19, pelas quatro horas da tarde, em que observada a mesma flexibilidade, e que não tinha corrupção alguma, o Doutor António Lopes Falcão lhe pegou no braço esquerdo, e picando-se-lhe a veia com uma lanceta lançou*

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro de óbitos n.º 1, fl. 339.

<sup>131</sup> Idem, fl. 346v.

*sangue tão líquido, que se apanhou em um lenço, que conserva seu filho Manuel de Loureiro de Vasconcelos; à vista do que foi tal devoção de todo o concurso, que começou pedir reliquias suas com grande fervor, repetindo as aclamações que já em sua vida faziam, dando-lhe o título de santa.*<sup>132</sup>

Não pondo em causa as virtudes morais e até a santidade da senhora, a verdade é que esta notícia – publicada naquele que era então o meio de comunicação mais difundido a nível nacional - poderá corresponder a uma tentativa de obliterar a fama de cristã-novice cujo fantasma pairava sobre a família. De resto, muito provavelmente com o mesmo intuito, o filho herdeiro e sucessor, Manuel Loureiro de Vasconcelos, “*movido do amor de Deus*”, obtivera licença para conservar o Santíssimo na capela da sua casa, tendo inclusivamente vinculado bens para que o sacrário estivesse sempre iluminado, de dia e de noite, e que a capela tivesse dois capelães<sup>133</sup>. Luís de Loureiro de Figueiredo e Vasconcelos e D. Maria Josefa de Mascarenhas tiveram vários filhos<sup>134</sup>, sendo seu herdeiro e sucessor o já referido Manuel Loureiro de Vasconcelos, que segue.

Nesta geração terá sido mandada construir uma nova casa deste ramo da família em Tourais. Trata-se de uma casa caiada, de grandes dimensões e de três pisos. A robustez dos seus cunhais em granito rematados por pináculos, a sobriedade das suas fachadas recorda casas setecentistas da capital. Em linhas gerais, o alçado norte caracteriza-se, no piso nobre, pelas sete janelas de sacada dispostas ao longo da cornija saliente e friso onde se apoiam grades de ferro e, respetivas janelas de guilhotina e postigos, nas mesmas prumadas, no piso térreo e cave, respetivamente. A distância variável entre os vãos, mais próximos nas extremidades do edifício e progressivamente maiores quando se aproximam do centro, sugere a conve-



Fig. 19 – Casa Loureiro de Vasconcelos, Tourais. Fachada norte  
Desenhos realizados no âmbito da unidade curricular  
História da Arquitectura Portuguesa, do MIARq-FAUP

<sup>132</sup> *Gazeta de Lisboa* de 04.06.1739 (n.º 23).

<sup>133</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 2, fl. 5v.

<sup>134</sup> Referidos por Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, p. 25.

xidade latente da fachada, jogo arquitetónico que encontramos desenvolvido com maior expressão no período barroco<sup>135</sup>.

A implantação desta casa, cuja fachada descrita é perpendicular à da casa Lemos e Nápoles, merece atenção. A ausência de um portal voltado a norte e a referência documental a um terreiro da capela da casa apontam para que houvesse uma entrada a sul. O largo, hoje público, é muito provavelmente resultante da apropriação do terreiro. A casa em U, ainda que incompleta, seguiria um modelo bem conhecido e compatível com a entrada de escada, varanda e sua arcada, voltadas a um pátio de recebimento<sup>136</sup>. Contudo, esta leitura é dificultada hoje pela ausência do muro e capela, pela varanda e arcada parcialmente encerradas, pelo corpo poente se encontrar truncado ou, quem sabe, nunca ter sido terminado.

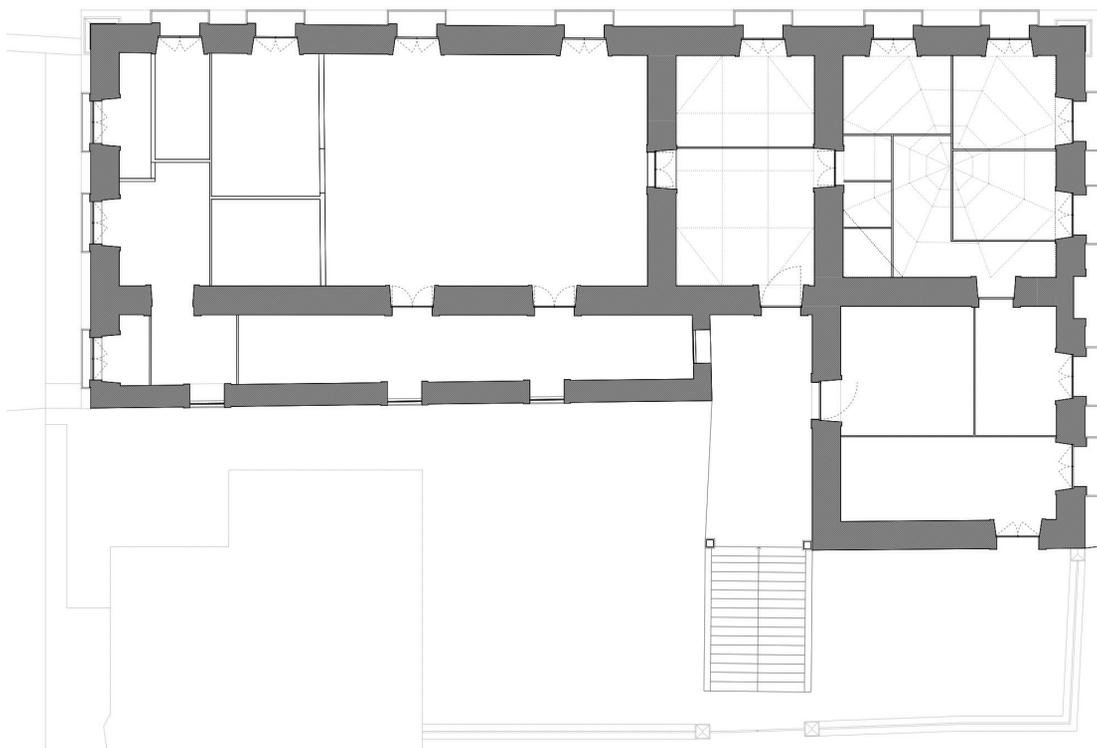


Fig. 20 – Casa Loureiro de Vasconcelos, Tourais. Planta  
Desenho realizado no âmbito da unidade curricular  
História da Arquitectura Portuguesa, do MIArq-FAUP

<sup>135</sup> A este propósito: José César Vasconcelos Quintão e Tiago Alexandre Duarte Ascensão, “A essência barroca num desenho excepcional: A fachada da Casa da Praça. Viana do Castelo” em *Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2020. pp. 891-906; João Luís Marques et al. “Casa Grande de Grijó. Uma casa comprida esquecida sobre o vale do Paiva.” em *Actas do 4.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2017. pp. 390-408.

<sup>136</sup> Hélder Carita. “Casa de Pátio de Recebimento: uma tipologia de casa nobre nos séculos XVI e XVII” em *Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro* Arcos de Valdevez: Município dos Arcos de Valdevez, 2020. pp.785-799.

O interior distribuiria em três pisos as funções da casa, remetendo para o último a área de habitar de excelência, o piso nobre. Muito provavelmente, a cozinha estaria no piso térreo, porém não restam evidências que permitam avançar com a sua exata localização. Do piso térreo destacamos a existência de portas de madeira almofadadas, tetos de saia e camisa, a par das janelas com assentos. O piso nobre foi profundamente alterado ao longo século XX. No entanto, a identificação das paredes mestras e tabiques mais antigos, a par das marcas de antigos tetos de masseira que se encontram no sótão, permitem conjecturar a organização primitiva do final do século XVII e início do século XVIII. Destaque-se a seqüência de cinco grandes salas comunicantes, quadradas e retangulares, todas elas iluminadas por sacadas.

As modinaturas internas, em granito, revelam terem sido marmoreadas em tons de vermelho e azul<sup>137</sup>. Ainda neste piso é de relevar a existência de um vão de sacada encerrado, na fachada nascente, localizado entre duas salas. A introdução do vão encerrado naquela posição, no exato alinhamento de uma parede estrutural, faz-nos reconhecer o cuidado de desenho na composição do alçado, reforçando a natureza erudita da obra. Na mesma ala, a sul, um vão junto ao cunhal da casa pode ter correspondido ao acesso do coro da antiga capela. Porém é difícil imaginar justaposta a esta grande casa a pequena capela que se diz ter-lhe pertencido. Na realidade, encontramos maior semelhança entre as cantarias da capela e as da casa de balcão situada a nascente da grande casa que descrevemos. Talvez fossem essas as casas que inicialmente integravam o morgado instituído por João Garcia.

### Geração 7

**MANUEL LOUREIRO DE VASCONCELOS** batizado em Tourais, pelo tesoureiro-mor da Sé de Viseu, a 20.05.1693 (padrinho António Pacheco de Vasconcelos, morador em Viseu)<sup>138</sup>. Ainda em vida de seus pais, foi feito familiar do Santo Ofício (carta de 11.07.1710), não existindo na sua habilitação qualquer referência à fama de que padecera a família materna, a qual se extinguiu nuns escassos 19 anos<sup>139</sup>. Para além disso, informam os comissários que o habilitando era “*morgado rico e se trata[va] nobremente*”. Foi ainda cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>140</sup>. Casou em Sedielos, concelho de Peso da Régua, a 02.09.1728<sup>141</sup>, com D. Ana Maria Mafalda de Meneses Morais e Castro<sup>142</sup>, natural daquela freguesia, filha de Francisco Borges de Carvalho, fidalgo de cota de armas (carta de 19.07.1724)<sup>143</sup>, capitão-mor de Penaguião, familiar do Santo Ofício (carta de 30.07.1696)<sup>144</sup> e senhor da Quinta de Matos, e de sua mulher D. Ana de Vasconcelos Ledesma.

Para além da pedra de armas que atualmente se encontra colocada na esquina sudeste da Casa, a que já aludimos, existe ainda uma outra representação heráldica no interior. Trata-se de um brasão em talha no fecho de um notável teto de masseira oitavado, o único que se conserva no piso nobre – hoje visível graças à demolição do falso e da compartimentação interior. A sala, de geometria quadrada, generosamente iluminada por quatro sacadas, duas voltadas a nascente e duas a norte, tem um generoso pé direito

<sup>137</sup> Na igreja paroquial, construída por volta de 1860, encontramos trabalhos de marmoreado semelhantes. No caso da Casa Loureiro de Vasconcelos, esta intervenção poderá corresponder a uma campanha de obras posterior à da construção da casa.

<sup>138</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro de batismos n.º 1, fl. 32.

<sup>139</sup> ANTT, Habilitações para Familiar do Santo Ofício, m. 73, dil. 1431.

<sup>140</sup> Segundo informação constante da habilitação de seu neto Francisco de Paula de Albuquerque do Amaral para a mesma Ordem (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra F, mç. 24, n.º 9).

<sup>141</sup> Registo Paroquial de Sedielos, Peso da Régua, Livro de casamentos n.º 4, fl. 358v.

<sup>142</sup> Referida e com ascendência publicada por Felgueiras Gayo, *op. cit.*, título de Cerqueiras, §121 N13, etc.

<sup>143</sup> Nuno Borrego, *Cartas de Brasão de Armas*, 2003, vol. I, pp. 416-418.

<sup>144</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 22, doc. 586.

de, aproximadamente, 6,6m (6 varas), ocupando o teto 1/3 da altura. Possivelmente, o teto foi repintando no século XIX.

Mais uma vez, estamos perante uma representação heráldica de difícil leitura, pois está cheia de imprecisões, tanto na ordenação das peças como nas cores. Na nossa leitura, e salvo melhor opinião, trata-se de um escudo partido, sendo a primeira partição cortada de Figueiredo e Vasconcelos e a segunda de Loureiro (mal representado). Nesta última, manteve-se o esquartelado dos Loureiros (de novo, as armas de Luís do Loureiro), mas optou-se por omitir as armas dos Figueiredos (que já estavam em chefe), simplificou-se a cidade do 1.º quartel, representando apenas uma torre, colocou-se no 2.º quartel as bandeiras que originalmente deveriam estar apenas no 4.º (estando, na verdade, apenas representadas as hastes de suporte e não as bandeiras), repetindo e invertendo estes elementos nos 3.º e 4.º quartéis. O elmo encontra-se de frente e falta o timbre.

Manuel Loureiro de Vasconcelos e sua mulher tiveram vários filhos<sup>145</sup>, sendo sua herdeira e sucessora sua filha D. Maria Vitória Josefa de Loureiro Vasconcelos de Meneses Morais e Castro, que segue.

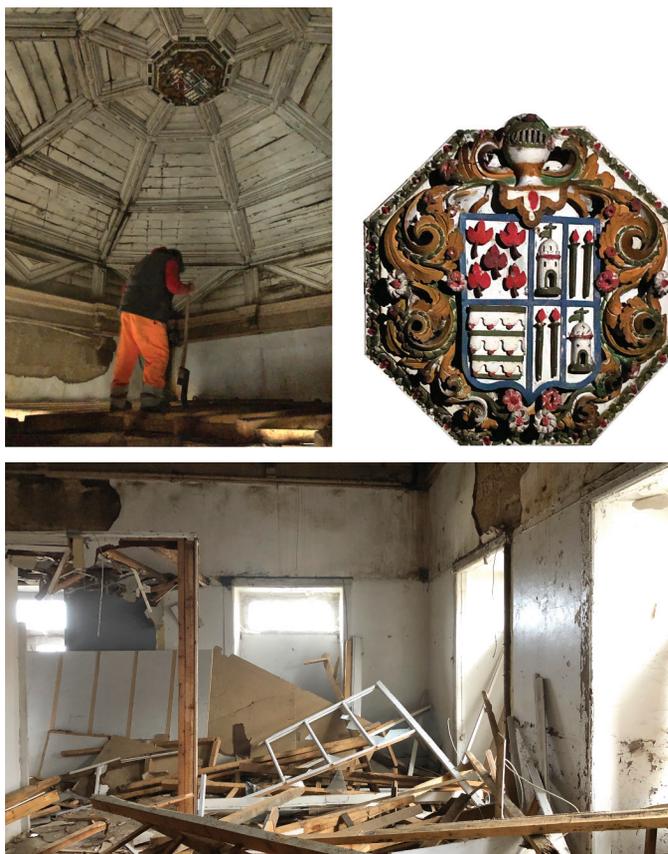


Fig. 21 – O teto oitavado com o brasão. A sala após demolição  
Fotografia dos autores.

<sup>145</sup> Referidos por Eduardo Osório Gonçalves, *op. cit.*, vol. II, pp. 25-26.

**Geração 8**

**D. MARIA VITÓRIA JOSEFA DE LOUREIRO VASCONCELOS DE MENESES MORAIS E CASTRO** nasceu em Tourais, tendo sido batizada na capela de seus pais, a 24.06.1733 (padrinhos Francisco Xavier de Vasconcelos Ledesma - seu tio materno, da Casa de Matos, representado por António Pacheco de Vasconcelos, e D. Sebastiana Maria Sottomayor de Meneses, mulher do padrinho, representada por D. Francisca Xavier de Loureiro e Vasconcelos - tia paterna da batizada)<sup>146</sup>. Casou na mesma capela, a 19.10.1757<sup>147</sup>, com o ilustre fidalgo viseense António José de Albuquerque do Amaral Cardoso (22 anos mais velho!), fidalgo cavaleiro da Casa Real (alv. de 29.06.1724<sup>148</sup>) – o primeiro neste ramo da família, cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>149</sup>, familiar do Santo Ofício (carta de Março de 1742)<sup>150</sup>, senhor da Casa do Arco, em Viseu, etc., sobre o qual dizem os comissários do Santo Ofício na sua habilitação que era “*sucessor na Casa de seus pais, que é muito opulenta e se trata com todo o esplendor e luzimento, sendo das famílias mais ilustres da sua província*”<sup>151</sup>. Era filho de Francisco de Albuquerque do Amaral Cardoso, também ele fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Luísa Josefa de Gusmão, de Viseu.

Também o casamento de D. Maria Josefa com António José de Albuquerque do Amaral Cardoso foi notícia na *Gazeta de Lisboa*, em termos que nos permitem imaginar o fausto de que se revestiu:

*“Villa de Ceya, 10 de Novembro/ Na Caza de Touraes, termo desta Villa, se celebraram/ na tarde 19 do mez passado os desposórios de António Jozé de Albuquerque do Amaral Cardozo, fidalgo da/ Caza Real, Cavaleiro da Ordem de Christo, e Familiar do/ Santo Officio, filho de Francisco de Albuquerque do Ama/ral Cardozo, Fidalgo da Caza Real, Cavaleiro da Ordem de/ Christo, segundo Senhor da Caza dos Coutos da cidade de/ Vizeu, e da Honra de Corges, no termo da vila da Covi/lhã, Administrador do Morgado de Pindo no concelho de/ Penalva e do de São Francisco de Orgens no termo de Vizeu/ Padroeiro vogal da Abadia de Santa Cruz da Trapa, da de/ Santa Maria de Argomil, e do capítulo de São Francisco de Or/gens e da Senhora Dona Luiza Jozefa de Gusman e Zuniga/ com a Senhora D. Maria Victória Jozefa de Loureiro/ filha herdeira de Manuel de Loureiro e Vasconcellos, Cavaleiro/ Professo da Ordem de Christo, Senhor da Caza de Touraes./ do reguengo de Girabolhos e dos morgados de Celorico/ e Figueiredo; e da Senhora D. Anna Maria Mafalda de Me/nezez Moraes e Castro. Receberam se na Capela de Nossa Se/nhora da Conceição da mesma Caza de Touraes perante o/ muito Reverendo Sebastião Carlos Correa de Menezes, Prior de Al/vorninha; sendo Padrinho do Noivo Miguel Paes do Ama/ral, Fidalgo da Caza Real, Cavaleiro da Ordem de Christo./ Senhor dos Morgados de Bernardo [sic] de Mangoalde, e do/ da Abrunhosa, e madrinha a Senhora D. Sebastiana Maria/ de Souto Mayor e Menezes, Tia da Senhora Noiva, e viú/va de Francisco Xavier de Ledesma de Vasconcelos, Se/nhor da Caza de Sedielos. Fez-se este ato com grande es/plendor, e luzimento, e com assistência de muita fidalguia./ e Nobreza a que se deu hum magnífico banquete neste, e/ nos dous dias subseqentes em que se admira a riqueza da/ vaixela, a profuzão das iguarias, o exquesito dos doces./ e a diversidade das frutas alternadas todas as cubertas com/ serenatas de instrumentos e vozes.”*<sup>152</sup>

<sup>146</sup> Registo Paroquial de Tourais, Seia, Livro de batismos n.º 1, fls. 22-22v.

<sup>147</sup> Idem, Livro misto n.º 2, fl. 32v.

<sup>148</sup> ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 16, f. 21

<sup>149</sup> Tal como consta da habilitação de seu filho Francisco de Paula para a mesma Ordem (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra F, mç. 24, n.º 9).

<sup>150</sup> Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 91, doc. 1713.

<sup>151</sup> Idem, doc. 1713, fl. 1.

<sup>152</sup> *Gazeta de Lisboa*, de 05.01.1758, fls. 6-7.

Os senhores da Casa do Arco e da de Tourais tiveram vasta descendência, a qual tem sido muito estudada e publicada<sup>153</sup>. A Casa de Tourais seguiu na linha primogénita. Em 1859, por morte de António de Albuquerque do Amaral Cardoso (1814-1859), bisneto de António José de Albuquerque e de D. Maria Vitória, foi feito inventário dos seus bens e a Casa de Tourais foi descrita como “*Uma morada de casas nobres, com sua capela, armazéns para vinho e azeite, cavalariças, com todas as suas pertenças e servidões, sitas no lugar de Tourais, a partir com caminhos públicos, terreiro da capela, casa da cocheira, quintal da mesma casa, casa do Torres, e quintal da herança que foi avaliada em dois contos de réis*”<sup>154</sup>. Nesse inventário, os bens que constituíam o vínculo foram avaliados em 9 272\$480 réis<sup>155</sup>. Poucos anos depois, em 1863, na sequência da Lei que obrigava ao registo de todos os vínculos, D. Ana Teles da Silva (1825-1905), viúva daquele António, na qualidade de tutora de seu filho e sucessor António de Albuquerque do Amaral Cardoso (1843-1911), procedeu ao registo do vínculo de Tourais junto do Governo Civil da Guarda, tendo àquela data os bens o rendimento coletável de 524\$369 réis<sup>156</sup>. Foi este trineto de D. Maria Vitória o último senhor da Casa na família.



Fig. 22 – António de Albuquerque do Amaral Cardoso e sua mulher  
D. Emília Barba Alardo de Lencastre e Barros  
Wunderli Photo 1865. Coleção de Nuno Borges de Araújo.

<sup>153</sup> Ver, entre muitos outros, *Anuário da Nobreza de Portugal*, 1964, p. 475, e III, Tomo II, pp. 58 e ss.; e Nuno Borrego e João Brandão, *Sampaio e Melo – da Torre de Moncorvo a Marialva*, Lisboa, 2015, pp. 301 e ss.

<sup>154</sup> Arquivo Distrital da Guarda, Registo Vincular, Livro n.º 2, fl. 8v.

<sup>155</sup> Idem.

<sup>156</sup> Idem, fls. 22v. e ss.

Em 1888, o imóvel passou para as mãos de Rita Amada de Jesus (1848-1913), que 8 anos antes fundara o “Instituto das Irmãs de Jesus Maria José” e um colégio para meninas abandonadas em Ribafeita, a qual conta o seguinte nas suas memórias:

*“Em certa ocasião sucedeu que vim por estas aldeias receber umas esmolos que me tinham prometido. Passei por Tourais e reparei num belo solar de bela construção com alguns anexos. Tive um pressentimento: estas casas ainda vão ser do Instituto. Perguntei a quem pertenciam e responderam-me que eram de um fidalgo da Quinta do Arco de Viseu. (...) Passado muito pouco tempo, todos os bens do fidalgo de Viseu foram a leilão. Consegui um empréstimo de oitocentos escudos com juros a oito por cento, só por um ano, e comprei os mencionados imóveis (...) Após a compra vieram de seguida para Tourais sete irmãs; e mais tarde, toda a comunidade de Fareginhas.”<sup>157</sup>.*

É à instalação desta comunidade e deste colégio na grande Casa dos Loureiro de Vasconcelos de Tourais que se deve o nome de “Colégio” ou “Convento” pelo qual ainda hoje é localmente conhecida. Atualmente, é património da Junta de Freguesia de Tourais.

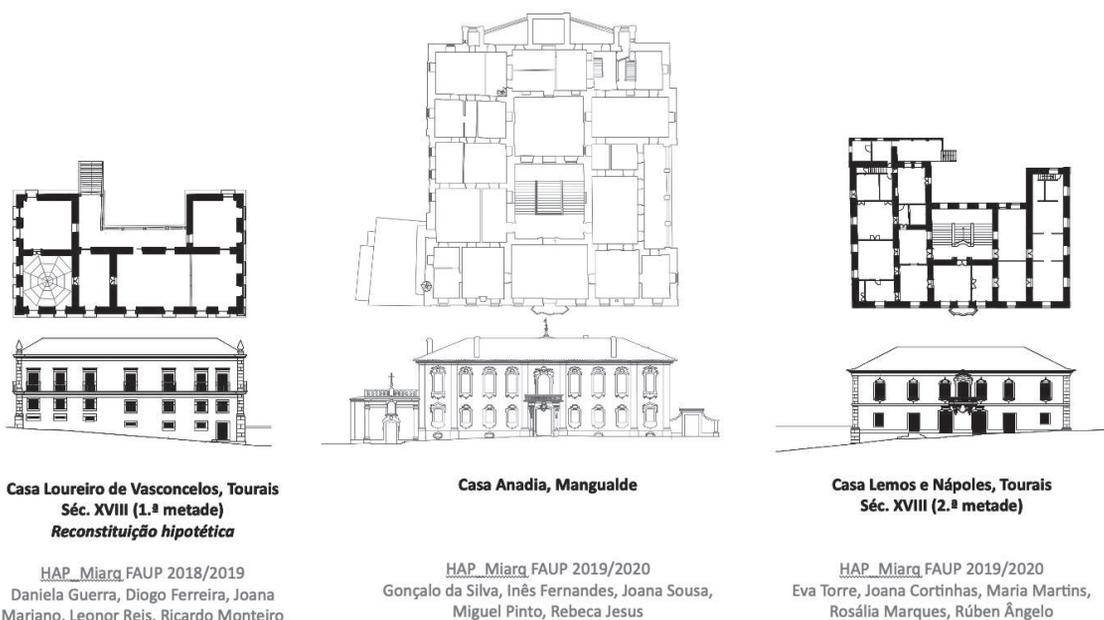


Fig. 23 – Estudo comparado das casas  
 Desenhos realizados no âmbito da unidade curricular  
 História da Arquitectura Portuguesa, do MIARq-FAUP

<sup>157</sup> *Autobiografia de Rita Amada de Jesus - Fundadora do Instituto Jesus Maria José - Testamento espiritual*, Ir. Ana de São José Matos Martins (coord.). Ovar, 2010, p. 53.

Em modo de fecho, reunimos os levantamentos das Casas realizados no âmbito de trabalhos académicos que precederam a investigação apresentada.<sup>158</sup> As plantas e os alçados, colocados à mesma escala, tornam evidentes as semelhanças e diferenças. Atente-se à multiplicação dos espaços e das possibilidades de circuitos interiores da Casa Lemos e Nápoles, face à distribuição linear e sequencial dos espaços da Casa Loureiro de Vasconcelos. As fachadas, por sua vez, espelham a evolução do gosto, modelos eruditos que chegavam à Beira. O cuidado e pormenorização destas obras revelam a existência de equipas/oficinas de artesãos que trabalharam na região em diferentes campanhas de obras. Se a Casa Lemos e Nápoles segue de perto o modelo tipológico da Casa dos Condes de Anadia numa escala menor, a dimensão dos compartimentos de Mangualde é bem mais próxima dos interiores da Casa Loureiro de Vasconcelos.

(Re)construídas sobre pré-existências, estas casas nobres foram motivo de orgulho e afirmação da(s) família(s), seu poder e cultura. Revelando que a obra do Homem perdura para lá da sua memória, hoje são testemunho de um passado esquecido que procurámos recuperar.

### AGRADECIMENTOS:

Instituto Jesus Maria José, União de Freguesias de Tourais e Lajes.

Ana Barata, António Montenegro, Hélder Carita, João José Loureiro, João Luís Fontes, Maria de Lurdes Craveiro, Marta Oliveira, Nuno Borges de Araújo, Pedro Varela, Teresa Ferreira.

Estudantes de História da Arquitectura Portuguesa da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto:

2018/2019 *Casa Loureiro de Vasconcelos, Tourais* – Daniela Guerra, Diogo Ferreira, Joana Mariano, Leonor Reis, Ricardo Monteiro

2019/2020 *Casa Lemos e Nápoles, Tourais* – Eva Torre, Joana Cortinhas, Maria Martins, Rosália Marques, Rúben Ângelo

2019/2020 *Casa Condes de Anadia, Mangualde* – Gonçalo da Silva, Inês Fernandes, Joana Sousa, Miguel Pinto, Rebeca Jesus

---

<sup>158</sup> O trabalho realizado por estudantes de História de Arquitectura Portuguesa (MIAQR FAUP) foi estímulo inicial para o desenvolvimento deste estudo que cruza história de família e arquitetura.